

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU  
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

ANA MARIA BERTOLINO

ESTADO NOVO E IDEOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE NACIONAL EM  
ARTIGOS DE PEDRO VERGARA NA REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA (1940-1942)

UBERLÂNDIA – MG

2014

ANA MARIA BERTOLINO

ESTADO NOVO E IDEOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE NACIONAL EM  
ARTIGOS DE PEDRO VERGARA NA REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA (1940-1942)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação  
em História, do Instituto de História da  
Universidade Federal de Uberlândia, como  
exigência parcial para obtenção do título de  
Bacharel em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula

UBERLÂNDIA-MG

2014

ANA MARIA BERTOLINO

ESTADO NOVO E IDEOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE NACIONAL EM  
ARTIGOS DE PEDRO VERGARA NA REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA (1940-1942)

Banca Examinadora:

---

Professora Dr<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula – Orientadora  
INHIS-UFU

---

Professor Dr. Leandro José Nunes  
INHIS-UFU

---

Professora Dr<sup>a</sup> Mara Regina do Nascimento  
INHIS-UFU

## **Agradecimentos**

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a Deus. A esta força criadora do universo, por ter me dado a força e a coragem para encarar os desafios da vida, que já foram alguns, desde consegui ficar em pé e andar, até este momento de concluir meu curso de graduação.

Aos meus pais, Teresa e Fausto, por terem me dado a oportunidade de ser filha de vocês. Tendo que agradecer especialmente a minha mãe, querida, por ter me apoiado e incentivado em todas as horas, mesmo quando todos achavam que eu não iria conseguir, como ao vir para Uberlândia sozinha. Sendo minha mãe uma guerreira, sempre me deu força, o que me fez querer além de seu amor sua admiração, pois a admiro muito. TE AMO PARA SEMPRE!!! Ao meu pai agradeço os momentos de carinho e de risadas, por sempre me alegrar e também por sempre disponibilizar minha mãe para cuidar de mim.

Ao meu irmão Fausto Augusto (Guto) pelo carinho, pela preocupação de querer me proteger, pelas brincadeiras e pelos apelidos carinhosos. À minha cunhada-irmã Ana Paula pelo apoio e por ser essa pessoa tão especial que cativou toda a nossa família em pouco tempo. Agradeço a minha tia Silvana (Tiba) por ser a minha segunda mãe, por todo o incentivo e o exemplo de vida. Vocês estão no meu coração!!! E agradeço aos demais familiares por torcerem pela minha vitória.

Há três pessoas, que mesmo não estando presentes na minha graduação, sem elas não estaria possível galgar este passo, que são a Rosimeire (Terapeuta Ocupacional), a Karina (Fonoaudióloga) e a Silvana (Psicóloga). Agradeço por terem trabalhado comigo com tanto amor e carinho; vocês são exemplos de mulheres para mim e que um dia quero ser uma mulher de quem vocês se orgulhem.

À minha orientadora, professora Dilma Andrade de Paula por ter aceitado me orientar neste trabalho, pelos seus conselhos e pelas broncas, que tanto me ajudaram dentro e fora da academia. Agradeço à minha banca, ao professor Leandro José Nunes e a professora Mara Regina do Nascimento por se disporem a ler e avaliar meu trabalho, e também por me ajudarem durante meus anos de graduação, em suas matérias, que marcaram na minha trajetória rumo ao saber; e a Mara no meu estágio no LEAH. Obrigada.

Quero agradecer aos secretários da coordenação, o João Batista e a Cristina, por me auxiliarem nos assuntos acadêmicos e por se tornarem duas pessoas tão queridas para mim dentro da UFU. Não poderia deixar de agradecer aos monitores que tive ao longo do curso, a

Madalena, a Paula Goulart, a Virginia, o Kleber Siena e a Maria Isabel Vilela, obrigada por serem as minhas mãos durante as provas.

Aos colegas de classe que me apoiaram nesta caminhada acadêmica ao longo dos anos: Rafael de Lima Fonseca, Cássia Abadia, Alessandra, Vagna, Miriam e a Cinthia.

À turma do LEAH, a Edivania, a Nilva e a Rosy, pelos bons momentos dentro do laboratório e pelo incentivo para fazer esta monografia. Foi ótimo conviver com vocês este tempo.

Aos amigos tão caros que fiz aqui em Uberlândia, que me ajudaram quando precisei, mas também me chamaram atenção para eu melhorar. Obrigada por tudo Kleber Siena, Miriam Fegamê, Mislele Souza, Fabrícia Viera de Araújo, Bel Vilela, Mariane Mundim e a Pri Moraes. Adoro vocês e vão comigo para sempre.

Agradeço a minha amiga, de longa data, Julia Plaza, que mesmo não estando fisicamente presente no meu dia-a-dia, sempre está pronta para me apoiar e com quem sempre pode contar. Obrigada por ser minha amiga!!

Obrigada a todos por fazer parte da minha história!!!

## **Resumo**

A Era Vargas foi um período intenso e de várias transformações dentro da história do Brasil, em vários aspectos. Este trabalho tem como intuito analisar a ideologia do Estado Novo, por sua intenção de construir determinados valores, como a ideia de nação e a sua necessária unidade. Dentro de tal ideologia, a figura do presidente e chefe da nação era tida como central, reforçando o aspecto da união da população em torno de um líder, representado por Getúlio Vargas. Para compreender a forma pela qual a ideologia do regime era divulgada para a população foram utilizados editoriais de Pedro Vergara na revista *Ciência Política*.

# Sumário

|                                                                                            |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução .....                                                                           | 7  |
| 1. A ERA VARGAS E A POLÍTICA DE PROPAGANDA E DIFUSÃO IDEOLÓGICA (1930-45) .....            | 12 |
| 1.1. Anos 1930: rupturas e continuidades .....                                             | 12 |
| 1.2. Departamento de Imprensa e Propaganda .....                                           | 16 |
| 1.3. Estado Novo e a questão da ideologia .....                                            | 19 |
| 1.3.1. A ideia de Nação.....                                                               | 22 |
| 1.3.2. O ideal de Família .....                                                            | 26 |
| 1.3.3. Estado e corporativismo – estratégias de controle social? .....                     | 28 |
| 1.3.4. Getúlio Vargas: “chefe” e “pai” .....                                               | 30 |
| 2. PEDRO VERGARA E A REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA. A AÇÃO DE INTELLECTUAIS NO ESTADO NOVO..... | 33 |
| 2.1 A revista.....                                                                         | 33 |
| 2.2. Os intelectuais – questões teóricas .....                                             | 36 |
| 2.3. A ação de um intelectual na difusão ideológica do Estado Novo: Pedro Vergara.....     | 42 |
| 3. Considerações finais .....                                                              | 54 |
| 4. Referências .....                                                                       | 56 |

## Introdução

Perante a sociedade, o historiador seria aquele profissional cuja função é pesquisar e rememorar o passado. Contudo, é importante ter claro que isto não se faz de forma integral, já o historiador realiza escolhas sendo influenciado pelo meio, pela matriz teórica com a qual se identifica e também de como, no momento em que vive, se pensa aquele determinado período estudado. Outras variáveis giram em torno de para quem ele escreve e com qual objetivo; se é para enaltecer os grandes nomes e fatos, ou compreender como uma determinada população vivia.

Assim, como formanda em História, pretendo analisar alguns pontos sobre a Era Vargas, uma vez que acredito ser um período de grande importância dentro da história do Brasil por diversas razões.

Desde os tempos da escola tive a vontade de estudar os anos 1930, ficando intrigada pela imagem de Getúlio Vargas que, mesmo sendo um ditador, conquistou o carisma da população. A vontade persistiu durante a graduação, bem como a curiosidade, levando-me a realizar este trabalho. Porém, não havia um recorte definido do que trabalhar dentro desse período. Por isto comecei com um estudo mais geral, como uma forma de encontrar um viés que me instigasse a um aprofundamento.

Observando o nosso país, nota-se que uma grande parte da estrutura do nosso Estado tem origem na época em que Getúlio Vargas estava no poder. Citando por exemplo a criação dos Ministérios do Trabalho e da Educação. Também neste período há um maior incentivo à industrialização, fazendo crescer a migração do campo para as cidades e começando, assim, a terminar com o predomínio da estrutura agrário-exportadora e com os regionalismos, em prol de um governo central forte.

Por ainda perceber alguns resquícios da ideologia da época de Vargas no pensamento brasileiro atual, principalmente nos discursos políticos, me atento a estudar este aspecto. Fazendo preciso contextualizar os dois períodos, que apresentam diversas diferenças. Além da conjuntura mundial, destaca-se o aspecto interno; na Era Vargas vigorava uma ditadura enquanto atualmente vivemos em um Estado democrático, com “liberdades” formais. Assim, mostra-se importante estudar aquela época como forma entender a sociedade e apreender a referida ideologia tentando relacioná-la com a sociedade atual.

No aprofundamento de estudos sobre o período do governo Vargas, percebi que o referido aspecto ideológico seria aspecto de grande importância e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tinha um papel de destaque dentro do arranjo do regime. Isso me levou a pensar que seria um bom viés a ser discutido dentro do meu trabalho, pois abarcaria vários pontos a respeito do período Vargas.

Ao me deparar com o aparato ideológico, percebi que poderia explorar algo que permeia toda a sociedade e compreender a construção da figura de Vargas, tentando compreender como foi possível perpetuar afeição por um ditador. Então, este tema se mostra como uma forma de elucidar minhas inquietações sobre a Era Vargas, e também gerando outras questões a ser pensadas em momentos futuros.

A divulgação dos valores e dos ideais foi feita de forma intensa, através da imprensa e até mesmo dos materiais didáticos. Era uma eficiente forma de englobar e introduzir a doutrina do regime no cotidiano da população para uma maior difusão e aceitação. Tendo a ideologia como uma grande base à montagem de um Estado forte há que se questionar até que ponto foram estabelecidos e introjetados de fato estes valores à população, sua uniformidade ou não dentro de um país de tão grandes proporções como o Brasil.

Quanto ao destaque da formação da nação, a unidade nacional e de toda a população junta rumo ao progresso, com cada indivíduo em seu lugar social, há que se ter um olhar crítico e ver como uma conjuntura atribulada, no país e no mundo, contribuiu para envolver a população dentro de tal discurso, feito relativamente forte dentro daquela sociedade, portanto.

Outro ponto forte era a figura do presidente Getúlio Vargas, que era o pilar de todo o governo. Falamos de uma imagem de um homem onipresente que iria unir o povo e guiar o Brasil rumo ao progresso. Tal retrato, divulgado de maneira maciça enaltecia o governante como um predestinado. O que particularmente me incomodou, fazendo-me pensar que seria necessário problematizar a referida imagem, tida como natural enquanto me parece tão bem arquitetada em formação e propósitos.

Conforme ia tendo o contato com as fontes, veio a indagação de como ideias nitidamente tradicionais, que retratavam os anseios da classe dominante, e escritas de maneira tão formal e doutrinária puderam ser divulgadas para toda a sociedade. Além do supracitado ponto acerca da imagem construída de Vargas. Aspectos que me trouxeram inquietação, levando-me a ver de forma mais crítica a construção de um cenário que, de alguma forma, acabou ficando registrada em relatos históricos como “verdades”.

As fontes foram me apontando quais aspectos da ideologia eram mais interessantes para se ressaltar e analisar. Quais elementos se sobressaíam em relação aos demais. Percebi

também que os jornais e as revistas tinham um papel importante na divulgação dos valores e das ideias do regime, sendo a imprensa estatal uma possível formadora de opinião. Então, ficou evidente que, para entender como a ideologia era pensada e divulgada para a população, seria preciso ter como fonte da pesquisa aquela imprensa. Essa fonte não permite, todavia, perceber de que forma essa ideologia era ou não aceita pela população. Este é um dos limites do presente trabalho.

Na bibliografia sobre o tema da ideologia no período estudado é muito citada a revista *Cultura Política*, por ser a revista oficial do DIP. Isso me levou a pensar esta revista como minha fonte, mas como tive dificuldade de ter contato com as suas edições, fez-se necessário procurar outras publicações.

Após ler o texto de Mônica Pimenta Velloso, intitulado *Cultura e poder político: Uma configuração do campo intelectual*<sup>1</sup>, no qual a autora expõe duas revistas, a *Cultura Política* e a *Ciência Política*, percebi que seria interessante pesquisar sobre esta segunda revista, vez que esta compactuava com os ideais do governo Vargas. A maioria dos escritos eram transcrições das palestras que ocorriam no Instituto Nacional de Ciência Política, e por isso não contava com sessões que normalmente encontramos nas demais revistas.

Os exemplares da *Ciência Política* utilizados para a pesquisa foram encontrados no site da Biblioteca Nacional<sup>2</sup>. E em todas as edições pesquisadas se observavam os escritos de Pedro Vergara, colunista e diretor da referida revista. E lendo os seus escritos reparei que estes ressaltam muito os aspectos da ideologia os quais mencionei anteriormente, possibilitando um diálogo entre os valores do regime e o que o autor pregava em seus artigos.

O que mais me chamou a atenção nos textos de Pedro Vergara foi a constante exaltação da figura de Vargas, mesmo em temas que a figura do presidente não caberia ser ressaltada; e isso foi algo que me instigou ainda mais a trabalhar tendo os artigos por fonte.

Por ser um período instigante, a Era Vargas é muito estudada e pesquisada pelos historiadores, tendo vários vieses a serem percorridos. Na minha pesquisa comecei com uma bibliografia mais abrangente para entender como foi a dinâmica da época, lendo autores como Boris Fausto, Sônia Mendonça e Alcir Lenharo. Tais autores trabalham diferentes aspectos que me auxiliaram a compreender certas peculiaridades daquele momento.

---

<sup>1</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político*. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVERA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

<sup>2</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 30/ 05/2013.

Já pensando no meu foco - a ideologia - tem que se ressaltar o livro *Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*<sup>3</sup>, de Silvana Goulart. A obra, sobre o DIP, aponta alguns aspectos das ideias pregadas pelo regime. Montando, assim, um cenário mais geral do que foi a Era Vargas e o Estado Novo.

Para trabalhar com a ideologia daquela época, tive que refletir acerca de questões conceituais. Para tal, utilizei-me dos trabalhos da filósofa Marilena Chauí, no livro *O que é ideologia?*<sup>4</sup>, que explica de uma forma didática e simples, no campo do marxismo, como se formam as ideologias e como a ideologia é modificada ao longo da história conforme se sucedem os regimes políticos e as classes dominantes. Aprofundando no conceito da ideologia, para entender a evolução dentro do pensamento marxista, tomei por apoio o *Dicionário do pensamento Marxista*<sup>5</sup>, como forma de compreender sua importância dentro de uma sociedade.

Dentro do pensamento do governo Vargas, a ideia de nação foi um ponto forte e muito explorado. Com isso se fez preciso pensar no conceito de nação - por vezes tido como algo que sempre existiu - que é uma construção política recente. Para entender o tal conceito, dialoguei com a referida filósofa, que mostra o que é preciso para constituir a ideia de nação em uma população.

Nesse sentido, tive ainda que buscar apoio teórico para refletir acerca do conceito de “intelectual” acabando por utilizar a concepção elaborada pelo marxista italiano Antônio Gramsci, através de sua comentadora Maria-Antolietta Macciocchi<sup>6</sup>, que me levou a entender melhor qual era o papel do intelectual na sociedade. Perante isso, compreendi a importância desse intelectual naquele período de tantas mudanças.

Pretendi fazer um percurso que abrangesse uma visão mais geral do que foi a Era Vargas como uma forma de entender, a princípio, o porquê daquele encaminhamento para um regime autoritário e centralizado. Posteriormente, adentrei na questão dos intelectuais e na ideologia, pensando como ela foi elaborada e difundida para englobar toda a sociedade. Este caminho foi traçado junto a uma teoria marxista, utilizada como um meio para entender as diferenças sociais.

Este trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo trata tanto do Golpe de 1930 quanto o de 1937, tentando entender o período de forma geral. Posteriormente,

---

<sup>3</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

<sup>4</sup> CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>5</sup> BOTTOMORE, T.B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J ZAHAR, 1988.

<sup>6</sup> MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1974.

foi preciso trabalhar com alguns conceitos, com maior foco na questão da ideologia. Busco analisar a importância e a função do DIP dentro do regime, sua responsabilidade pela elaboração do consenso em relação àquele governo.

Já no segundo capítulo faço um diálogo com algumas matérias dos editoriais da revista *Ciência Política*, mostrando-a dentro da dinâmica da época. Em seguida, trabalho a questão dos intelectuais no contexto da Era Vargas e o seu papel naquela sociedade, para assim pensar quem era o editor da revista, Pedro Vergara. Busco entender o porquê de seu empenho na difusão ideológica do regime, bem como analiso alguns temas/problemas que emergiram dos editoriais.

## 1. A ERA VARGAS E A POLÍTICA DE PROPAGANDA E DIFUSÃO IDEOLÓGICA (1930-45)

### 1.1. Anos 1930: rupturas e continuidades

Analisando o período em que Getúlio Vargas permaneceu no poder, de quinze anos (1930-1945), notamos que sua função variou de chefe do governo provisório a ditador. Isso mostra que foi uma época intensa no campo político, que se estende para os outros setores; econômico, social e cultural. Esses quinze anos ficaram conhecidos na história como Era Vargas.

Faz-se necessário ressaltar que a época foi de grande agitação mundial, pois a Europa, ainda devastada pela Primeira Guerra, se envolvia em um segundo conflito. Enquanto os Estados Unidos entravam em crise econômica, com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, o que viria a ter fortes reflexos no Brasil.

O enfoque desse trabalho será após 1937, por serem os anos de ditadura, autoritarismo e, ao mesmo tempo, idolatria ao chefe, Getúlio Vargas. Mas é preciso voltar brevemente aos anos 1930 para entender a articulação política que originou o Estado Novo.

Getúlio Vargas chega ao poder após a Revolução de 1930, quando se torna Presidente provisório da República. É um momento de grandes transformações econômicas e instabilidade política no país. Porém, há que se pensar se essas transformações foram rupturas ou somente algumas mudanças dentro de uma continuidade.

Não se pode negar que classe média tenha participado da Revolução, com expressão na figura dos tenentes, por exemplo, e também a burguesia industrial, que nesta época já se organizava como uma classe (a fundação do Centro das Indústrias de São Paulo – CIESP foi em 1928). Contudo, quem ascende ao poder foi uma reorganização de uma classe dominante tradicional, ainda que vindo de outras oligarquias e de outros estados, diferente das de São Paulo e Minas Gerais<sup>7</sup>.

Com isso, percebe-se que a estrutura social pouco se alterou, apenas reafirmando o poder “de cima para baixo”, ainda com uma postura conservadora<sup>8</sup>. E na perspectiva

---

<sup>7</sup>MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.p.16-17

<sup>8</sup> Dentro de seu texto Sonia Mendonça, explicita que há quatro interpretações sobre a Revolução de 1930 e seus desdobramentos sociais, com autores que se tornarem referência para a historiografia sobre o assunto, durante várias décadas, que são: SANTA ROSA, V. **O que foi o tenentismo?** SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**; BORIS, Fausto. **A Revolução de 30**. Historiografia e História; WEFFFORT, F. **O populismo na política brasileira**; DE DECCA, Edgar. **1930, o silêncio dos vencidos** e TRONCA, I. **Revolução de 1930-** a

econômica houve uma ruptura com os agentes do Estado passando a fomentar a criação de indústrias e buscando desestimular a agricultura.

O Brasil, na Primeira República, tinha a sua economia baseada no café, que era o principal produto de exportação. O papel do país no cenário mundial era de país agroexportador, e com a crise de 1929, o grão sofreu uma desvalorização, já era negociado na bolsa de Nova York. Continuava, entretanto, como o ponto forte do Brasil, o que era problemático, portanto.

Com a entrada de Vargas, o governo passa a investir na industrialização do país, porém sem deixar de dar importância para o setor agrícola, utilizando-o como financiador do projeto industrial<sup>9</sup>. Com isso, deixa nítido que os investimentos feitos na indústria e no campo eram diferentes, com mais benefícios para o primeiro setor<sup>10</sup>; em decorrência disso, houve um aumento da urbanização.

Ainda no aspecto econômico, cabe destacar que para alguns estudiosos Vargas promoveu uma economia nacionalista, mas isso é discutível; tal nacionalismo, mais no plano discursivo, na prática não significava rechaço ao capital estrangeiro ou uma opção pensada pelo governo, mas uma imposição do cenário mundial, pelo pouco investimento internacional no país neste período, como Sonia Regina Mendonça coloca em seu texto:

(...) Em verdade, uma vez que se processava uma redefinição do capitalismo internacional desde a crise de 1929, mais correto seríamos falarmos da não-disponibilidade de recursos e tecnologia no mercado mundial. As economias centrais, preocupadas com suas recuperações da crise, optaram por centralizar investimentos e técnicas, em suas próprias fronteiras. [...] <sup>11</sup>

Ressalta-se que, quando as potências já estavam restabelecidas para investir no Brasil, Vargas se aproveitou de tais investimentos para o fortalecimento tanto da indústria do país quanto os interesses do governo. Assim vê-se que na área econômica a equipe de Vargas não seguiu práticas nacionalistas, que eram um ponto forte da ideologia do regime.

Em meio às mudanças econômicas, aprofundava-se a crise política. Para entender o golpe de 1937, é preciso pensar na conjuntura política em que o Brasil se encontrava, com seus grupos e personagens em permanente conflito. Dentre os grupos, se destacavam dois, antagônicos: o Integralismo e a Aliança Nacional Libertadora - ANL, o primeiro era fascista,

---

dominação oculta. Citados em: MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.p.15-17.

<sup>9</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.p. 25-26

<sup>10</sup>Ibid. p. 27

<sup>11</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 35.

defensor da família, da Igreja e da pátria, com Plínio Salgado como chefe e como figura emblemática. Já o segundo era comunista, ligado ao Partido Comunista da União Soviética, interessado em fortalecer a classe operária, sendo um de seus principais líderes, Luís Carlos Prestes.

Em 1935, a ANL faz uma insurreição, tomando algumas cidades, o que alarmou o governo de Vargas, que declarou estado de sítio, com apoio do Congresso<sup>12</sup>, aumentando o fantasma do comunismo e repressão a esse grupo. Neste clima de tensão, estava prevista a realização de eleições para presidente em janeiro de 1938, com três candidatos na disputa e Congresso não prorrogando o estado de sítio<sup>13</sup>.

Tudo parecia se encaminhar para a normalidade política do país “entretanto, Getúlio e o círculo dos íntimos não se dispunham a abandonar o poder, tanto mais que nenhuma das três candidaturas tinha sua confiança. [...]”<sup>14</sup>. Os integralistas forjam um suposto plano comunista no qual iriam atacar políticos, incluindo o presidente. Este plano ficou conhecido como Plano Cohen. Com este suposto plano, dissolveu-se o Congresso, o que serviu de pretexto às intenções de Vargas em permanecer no poder e instalar uma ditadura, conhecida como Estado Novo.

Em 10 de novembro de 1937, com a ajuda de militares, foi dado um golpe de Estado e instaurou-se uma ditadura que, para se legitimar, precisou de toda uma elaboração ideológica cultuando a figura de Getúlio Vargas, o grande chefe e pai da nação. Desde o golpe de 1930, o governo tinha uma tendência nitidamente centralizadora<sup>15</sup>.

Em 1937 já estava pronta uma nova Constituição, conhecida como “polaca”, elaborada pelo jurista Francisco Campos. O diploma legal daria a base para a centralização, pois fechavam-se o Congresso e as câmaras estaduais e municipais, justificando-se pelo fato de se estar em “Estado de emergência”. Dava ainda poderes ao presidente para nomear e destituir os interventores dos estados. Cabe ressaltar que diante do suposto plano comunista, a sociedade apoiou o golpe de Vargas, principalmente a classe dominante, com medo da perda de seus benefícios.

Mesmo com a mudança ocorrida dentro da política brasileira, olhando pelo viés social, vê-se que pouco se alterou, já que Vargas e seus partidários, pertencentes à classe dominante, não tinham a intenção de uma grande mudança na estrutura social. Pelo contrário, houve uma

---

<sup>12</sup>FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.p. 361

<sup>13</sup> Ibid., p 362.

<sup>14</sup> Ibid., p.363.

<sup>15</sup> Ibid., p. 366

afirmação ideológica de que cada um tinha seu lugar específico dentro do contexto social e de progresso do país e que, no Brasil, reinava a harmonia social:

[...] Não basta, porém, a tranquilidade e a harmonia entre empregados e empregadores. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e no conagraamento de todas as classes sociais. [...] Esse reajustamento terá de se realizar e já vem se realizando, exatamente pela cooperação de todas as classes. O Governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio.<sup>16</sup>

Porém, tendo em vista a economia, observa-se que foi um momento de rupturas, com novo direcionamento que já vinha acontecendo desde o começo da década, como mencionado anteriormente.

Ainda cabe ser ressaltada a grande estrutura burocrática que foi criada neste período, que serviu de base para fortalecer a centralização do governo em torno de Getúlio Vargas e outras figuras de peso, como alguns ministros. Data-se dessa época a criação de alguns ministérios importantes dentro da dinâmica do país, como o Ministério do Trabalho, da Educação e da Saúde Pública<sup>17</sup>, o que gerou uma grande ampliação do aparelho estatal. Vê-se que esses ministérios vão ao encontro das necessidades populares e serviu como arma de manipulação do governo, que tentava passar a imagem de que estava atento aos anseios da população. E também daria condições para o controle tanto político como ideológico da massas.

Com isso se observa a área trabalhista, com as leis que “protegiam” os trabalhadores. Entretanto, falamos apenas dos trabalhadores urbanos, já que a legislação trabalhista não se estendia aos trabalhadores rurais, apesar de serem estes ainda a maioria no país à época. Na legislação trabalhista regulamentam-se alguns direitos da classe trabalhadora, como o tempo da jornada de trabalho, férias, a situação das mulheres e dos menores, entre outras questões.

Um organismo importante era o sindicato, que era um espaço de organização e luta dos trabalhadores. Mas com o golpe de 1937, os sindicatos passaram a ser vinculados ao Estado, sendo um instrumento de controle sobre a classe trabalhadora. Assim, podemos observar que apesar da criação e promoção da figura de Vargas como um protetor dos trabalhadores, as supracitadas leis não eram cumpridas e que até pelo próprio governo, como

---

<sup>16</sup> VARGAS, Getúlio. Discurso no Palácio Guanabara, 01 de maio de 1938. Apud: FONSECA, Pedro César Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.294.

<sup>17</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990. P.31.

expõe Maria Célia Paoli<sup>18</sup>, quando mostra os desrespeitos às leis por parte dos patrões. Lembrando ainda que também os trabalhadores tinham suas formas de resistência, mesmo com a vigilância e maciça propaganda do governo de exaltação dos benefícios promovidos pelas leis trabalhistas.

Traçado este pequeno panorama do que ocorreu na Era Vargas, vê-se que foi um momento de muitas e significativas mudanças e de modernização no país. Contudo ainda perdurou o caráter conservador da estrutura, principalmente social<sup>19</sup>. Para isso, o governo montou uma forte estrutura centralizada e autoritária, apoiada em uma ideologia que manteria a população dentro dos preceitos do regime.

Essa ideologia era propagada pelo DIP, que foi o órgão mais importante dentro desse setor do governo, o que passo a tratar.

## 1.2. Departamento de Imprensa e Propaganda

Desde a Revolução de 1930, o governo Vargas se mostrou preocupado em fazer uma divulgação de seus feitos, de sua ideologia e da figura forte de seu chefe, Getúlio Vargas. Para isso durante os quinze anos de governo, o departamento que promovia a propaganda teve vários nomes como: Departamento Oficial de Publicidade (DOP), Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e Departamento Nacional de Propaganda (DNP)<sup>20</sup>. Eram órgãos vinculados ao Ministério da Justiça.

Com o Golpe de 1937 intensifica-se a propaganda e seu valor dentro do regime, como podemos observar no trecho: “... a nova Carta Constitucional, então outorgada, atribuiu à imprensa a qualidade de serviço de utilidade pública e traçou os limites para a sua atuação através de uma série de restrições[...]

Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, uns dos órgãos mais importante dentro do Estado Novo, dirigido por Lourival Fontes, ex-tenente. Nota-se a importância do DIP porque ele era ligado diretamente à presidência da República<sup>22</sup>, diferente dos departamentos anteriores. Esta proximidade conferia uma maior liberdade de ação,

---

<sup>18</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros - Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, Jose Sergio Leite (coord.). **Cultura & identidade operária**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/PROED, [s.d] p. 53 a 101.

<sup>19</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.p.17

<sup>20</sup> ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel.(coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 1830

<sup>21</sup> Ibid., p.1831.

<sup>22</sup> SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bouquet; RIBEIRO, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. p.89

permitindo até uma interferência na propaganda de outros ministérios, a fim de criar uma uniformidade na propaganda oficial do regime varguista. Faz-se necessário destacar que a constituição do DIP sofreu forte influência do Ministério da Propaganda Alemão, criado em 1933<sup>23</sup>.

A função do DIP, como estava no decreto de sua criação, era de: “elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes do regime em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira...”<sup>24</sup>. Então, entre as atividades desse órgão estavam: a) a propaganda do Brasil, não só em âmbito nacional mas também internacional, com exaltação dos pontos positivos e maquiando notícias que pudessem denegrir a imagem do país no exterior; b) o controle das notícias e produtos culturais internacionais para que não entrasse algo que iria contra os preceitos do regime; c) organização das informações do governo e censura aos meios de comunicação; e d) organizar e promover eventos cívicos e festividades de datas importantes para o país, sendo um marca do regime as grandes festividades patrióticas e de exaltação do amor ao Brasil. Havia, ainda, a divisão de rádio, de teatro e de turismo.

É preciso, ainda, destacar que o DIP tinha a intenção de criar um discurso agregador, que atingisse toda a população, da classe trabalhadora à classe dominante. Com o primeiro grupo buscou-se fazer uma identificação mais próxima dos elementos da cultura popular e cotidiana do trabalhador, enquanto se tentava moldá-lo submisso ao seu projeto de nacionalidade e com a ideia de todos trabalhando para o progresso. Já com a classe dominante, o discurso era mais político, intencionado a neutralizar as oposições ao governo e mostrar que o novo regime era adequado ao novo cenário mundial, além da necessidade de intervenção para a preservação do estado forte<sup>25</sup>. Assim, a tentativa era de enquadrar toda a sociedade dentro do discurso da união para galgar o progresso do Brasil e colocar em “igualdade” toda a população.

Ao se pensar no DIP e na divulgação do regime, não há como deixar de citar o papel do rádio dentro da difusão do ideário. Deve-se ressaltar que nesta época a maioria da população não sabia ler e escrever, além de ser predominantemente rural, o que criava uma dificuldade na comunicação. O governo, ciente disso, investiu em redes de transmissão de rádio para alcançar os lugares mais longínquos, e também instalando alto-falantes nas cidadezinhas para que a população ouvisse.

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 88

<sup>24</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.p.62

<sup>25</sup> Ibid.,p.17-18

A promoção do rádio foi uma forma de viabilizar a uniformização da cultura no país, pretendendo acabar com os regionalismos, que tanto incomodavam o governo<sup>26</sup>. Uma das marcas do rádio na Era Vargas foi, sem dúvida, o programa a “Hora do Brasil”, que era irradiado diariamente das 20 às 21 horas. Conforme Silvana Goulart, o programa tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica, pois informava sobre as atividades das autoridades, incentivava a audição daquela que era tida como boa música e exaltava o passado<sup>27</sup>. O programa, ainda no ar atualmente, é uma grande herança daquela época, ainda que não com a mesma importância de seu início.

Outros meios de comunicação muito utilizados no Estado Novo foram os jornais e as revistas, estes eram os maiores divulgadores dos ideais do governo. Quem eram os grandes colaboradores dessa imprensa escrita eram os intelectuais da classe dominante, como Mônica Velloso aponta em seu texto *Cultura e Poder Político: Uma configuração do campo intelectual*, mostrando que as revistas e os jornais eram, por excelência, o lugar da produção do discurso do regime varguista<sup>28</sup>, isso mostra a importância que este material teve dentro do Estado Novo.

Esses ideais eram formulados por uma parte da população e só depois eram repassados para a população por meios mais amplos de divulgação, como o rádio e revistas com caráter de divulgação. Ainda cabe ressaltar que essa imprensa era extremamente inspecionada e censurada pelo governo, pois além de controlar o que iria ser publicado, destinava uma boa parte da verba para as edições. Verba utilizada tanto para importar papel e máquinas gráficas quanto subsidiar a publicidade dentro dessas, exercendo um controle financeiro sobre a imprensa para além de todas as outras formas de controle, incluindo fechamentos de vários jornais, que eram julgados subversivos.<sup>29</sup> Então, vê-se que o governo tentou cercar a imprensa em todos os sentidos e formas para ter o controle total do que iria circular dentro da sociedade brasileira para não comprometer a estrutura do regime.

Um papel importante desempenhado pelo DIP foi o de promover a ideologia e a cultura de acordo com os preceitos do Regime do Estado Novo. Ficava a cargo do departamento a promoção de cartazes, jornais e revistas que exaltassem as ideias do governo, como a unidade da nação, a marcha para o progresso e os benefícios do trabalho. Tudo isso

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 19

<sup>27</sup> Ibid., p.69

<sup>28</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVERA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982.p.73

<sup>29</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, Brasil- 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X. 2002.p. 121-123

sem esquecer a recorrente promoção da figura do chefe, Getúlio Vargas, buscando aproximá-lo do povo. Enfim, o DIP tinha o monopólio das informações, de censura dos produtos culturais e de manipular os conteúdos dos meios de comunicação e das músicas.

É necessário observar na história do DIP que, em 1942, ano que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, o departamento mudou de direção e a orientação, passando a focar na defesa, no Exército brasileiro e seus feitos na Europa, e passou a ter como seu diretor o Major Antônio José Coelho dos Reis. Com o final da Guerra, o regime de Vargas começou a entrar em crise e o DIP passou a se dedicar somente à divulgação da cultura brasileira. Em maio de 1945, o DIP foi substituído com a criação do Departamento Nacional de Informação - DNI.<sup>30</sup>

### 1.3. Estado Novo e a questão da ideologia

Visto a importância do DIP, de suas propagandas, do controle sobre o rádio, as revistas e os jornais, percebe-se que o aspecto ideológico era muito forte dentro da dinâmica do governo Vargas, principalmente no período do Estado Novo. Antes de explorar os principais aspectos da ideologia pregada pelo regime de Vargas, tem que se pensar no conceito de ideologia, de onde vem, suas transformações ao longo da história. Isso nos ajuda a entender o porquê dessas ideias no momento da Era Vargas.

Em uma sociedade dividida por classes, onde muitos trabalham e outros poucos se apropriam dos frutos desse trabalho, existem interesses conflitantes e até opostos. Para atenuar esses conflitos, a classe dominante utiliza-se de instrumentos de controle e de domínio em relação ao restante da sociedade, alguns desses instrumentos são o Estado e a própria ideologia<sup>31</sup>. Com a ideia de Estado consegue-se fazer as leis e as regras para que as pessoas se comportem de maneira “aceitável” socialmente, criando uma unidade e códigos para a vivência em sociedade. Já a ideologia seria outro tipo de dominação, como Chauí trata no trecho abaixo:

Todos esses procedimentos consistem naquilo que é a operação intelectual por excelência da ideologia: a criação de *universais abstratos*, isso é, a transformações das ideias particulares da classe dominante em ideias universais de todo para todos os membros da sociedade.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel.(coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 1833

<sup>31</sup> CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 90

<sup>32</sup> Ibid., p. 95

Como se percebe, nesse modo de ver - que não é o único, mas o escolhido nesse trabalho - a ideologia faz a parte da dominação mental, controlando as ideias para tentar fazer com que todos tenham o mesmo tipo de pensamento, de valores e de moral. Geralmente essa ideologia está de acordo com os ideais e valores da classe dominante, que detém o poder econômico e político na sociedade. Isso leva a pensar que a ideologia nasce das contradições ocultas que existem dentro de uma sociedade, que precisam ser superadas, ou em alguns casos, amenizadas, para que se possa ter a hegemonia por parte de uma classe.

A ideologia reproduz a dominação dos ideais de uma sociedade por uma classe que detém o poder, isso nos leva a pensar no conceito de hegemonia formulado por Antônio Gramsci. A palavra hegemonia tem sua raiz do grego, que tem o sentido de “guiar”, “conduzir”, “ser chefe”<sup>33</sup>. Trazendo isso para a sociedade de classe; a classe hegemônica seria aquela que conduz e chefia, se aproximando do Estado<sup>34</sup>. Elabora toda a sua ideologia para se erguer ao poder e tentar manter toda sociedade dentro dos seus padrões. Gramsci pensa no conceito de hegemonia com a classe trabalhadora criando sua própria ideologia, sua consciência de luta de classe para fazer a sua própria revolução, e se tornar a classe hegemônica. Portanto, para Gramsci, ideologia não tem, necessariamente, conotação negativa. Porém, quando tratamos da Era Vargas, vê-se que a classe que se torna dirigente e hegemônica provinha das altas camadas da sociedade, com um pensamento tradicional e hierárquico, em que cada um tinha seu lugar social dentro do país. Surge então o desafio gerado pelo fortalecimento das classes trabalhadoras urbanas.

À medida em que se altera o processo histórico com a ascensão de nova classe social ao poder, esta produz uma nova ideologia. Como uma marca dessa sucessão de classe, a ideologia irá se opor às ideias difundidas pela classe hegemônica antecessora, expondo que suas ideias não eram compatíveis com a sociedade que está posta naquele momento. Mostrando, ao mesmo tempo que a ideologia dessa nova classe, sim, se faz adequada, pois engloba os interesses e ambições de todas as classes da sociedade<sup>35</sup>. Isso se percebe quando o regime de Vargas se colocava contra o liberalismo, que era um dos pontos fortes dos ideais da Primeira República, expondo esse sistema como o grande causador da crise da economia mundial.

Por meio da ideologia, constroi-se um sistema de representações e de ideias, de valores e de normas para que exista uma uniformidade e uma conformidade dentro da

---

<sup>33</sup> MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1974.p. 182

<sup>34</sup> Ibid., p. 146-147

<sup>35</sup> CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 97

sociedade, para que os ideais da classe dominante sejam incorporados por todos. Em seu livro, Marilena Chauí expõe qual é a função da ideologia:

(...) a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social encontrando certos referenciais identificadores de todo e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação ou o Estado.<sup>36</sup>

Assim, vê-se que a ideologia tem o sentido de criar uma unidade dentro da sociedade, à qual todos se sintam pertencentes, independentemente de sua classe. Isto porque coloca a ideia de união sobrepondo todas as diferenças sociais, políticas, culturais e de classe para que todos façam parte de algo maior, como a Nação, a Pátria e o Estado, como foi utilizado na Era Vargas.

Se faz importante ressaltar que, dentro das várias vertentes do marxismo, o conceito de ideologia teve várias conotações. Primeiramente com um caráter negativo, por se pensar que a ideologia era exclusiva da classe dominante, ou como falsa consciência. Porém, com os avanços dos estudos e com outras tendências, o conceito passou a ser visto de forma até positiva, por se relacionar com o momento em que uma classe social toma consciência de seus conflitos e suas lutas<sup>37</sup>, percebendo que a própria classe trabalhadora podia ter a sua própria ideologia.

Para Gramsci, a ideologia está relacionada a todos os aspectos da vida, sendo o terreno onde se desenvolvem as lutas, as artes e onde as pessoas se movimentam<sup>38</sup>. Amplia, desse modo, a importância da ideologia e mostra que por mais que ocorra do campo das ideias e de valores, ela influencia todos os setores da vida, estando presente no cotidiano das pessoas. E que, mudar o sistema social implicaria na luta por diferentes visões de mundo, tornando-as aceitas como senso comum ou como ideologia.

Marilena Chauí coloca dois aspectos importantes: Toda ideologia nasce da luta de classe e tem o intuito de criar mecanismos para atenuar os conflitos entre as classes<sup>39</sup>, o que é claramente contraditório; E para a existência da ideologia, essa precisa ter algumas lacunas para conservar a coerência<sup>40</sup>. Coerência esta que é formada por partes que nem sempre conseguem ter uma racionalidade entre si, já que em alguns casos ela permeia vários setores da vida, indo do político ao social, como foi no Estado Novo.

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 115

<sup>37</sup> BOTTOMORE. T.B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J ZAHAR, 1988. p. 185

<sup>38</sup> BOTTOMORE. T.B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J ZAHAR, 1988. p. 186

<sup>39</sup> CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 114

<sup>40</sup> Ibid., p. 114-115

Em suma, observa-se que o conceito de ideologia é profundo e complexo como o que lhe dá a origem, o conflito de classe. Uma ideologia bem fundamentada, com ideias coerentes, pode conduzir um povo por vários caminhos, trilhados pela orientação de uma classe dominante. Em seguida, há que se trabalhar os aspectos de maior relevância na ideologia do regime de Vargas o forte apelo, tradicional e emocional, dela decorrente.

### 1.3.1. A ideia de Nação

Outro aspecto notável da ideologia do Estado Novo foi a tentativa de construir um ideal de nação que unisse toda a população do país dentro de aspectos característicos do “ser brasileiro”. A primeira vez que se tentou formar uma consciência de pátria e amor pelo Brasil foi com a escrita da história do país pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro- IHGB, na época do império<sup>41</sup>. Mas antes de entrar nos preceitos dessa ideia da nacionalidade brasileira, tem que se pensar no conceito moderno de nação.

A palavra nação é derivada do latim “natio”, que significava nascer da mesma mãe ou o nascimento de uma ninhada e depois passa a identificar quem nascia em um mesmo lugar<sup>42</sup>. Com isso, essa palavra começou a diferenciar os grupos de pessoas que descendiam de um determinado povo comum. Sob este significado, surgiram expressões como “nação judia” e “nações indígenas”.

A ideia de nação como se conhece atualmente - com sentido político - tem início por volta de 1830. O historiador Eric Hobsbawm propõe que o conceito de nação passa por três etapas, que são: uma ligação entre a ideia de nação e território, uma identificação com a língua, religião e raça e, por fim, a criação de uma consciência nacional, já com identificações políticas<sup>43</sup>. A partir disto, nota-se como o conceito de nação é amplo, englobando vários aspectos da vida de uma sociedade e criando uma identificação entre os indivíduos e elementos que os cercam no cotidiano.

A construção de ideia de nação se fez forte na época em que o liberalismo estava em queda, mostrando que este era um sistema ineficiente para fortalecer a união da nação. Com isso, ascendem ao poder os regimes totalitários que vão reforçar a ideia de que era preciso

---

<sup>41</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 15

<sup>42</sup> CHAUI, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 14

<sup>43</sup> HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Apud: CHAUI, op. cit., p. 16.

criar uma nação unida, com amor à pátria e um Estado forte, criando uma bandeira forte, sobre a qual todos pudessem se sentir parte desse todo.

Marilena Chauí afirma que “O Estado precisava de algo mais do que a passividade dos cidadãos: precisava mobilizá-los, influenciá-los a seu favor. Precisava de uma ‘religião cívica’, o patriotismo”<sup>44</sup>. Para a construção da nação, não era necessário só um território, mas uma junção de vários elementos simbólicos de identificação para mexer com o sentimento, o emocional da população.

Com essa construção, objetiva-se montar uma harmonia entre o todo da sociedade e constituir uma identidade nacional, na qual ocultam-se os conflitos e divisão de classe existente. Essa identidade faz com que se igualem os que vivem dentro do território da nação, diferenciando-os dos preceitos dos outros povos, o que faz com que os interesses individuais sejam suprimidos em detrimento dos ideais nacionais e sentimentos do coletivo da nação<sup>45</sup>. Segundo Lucio Levi, a ideologia nacional é “(...) unificadora, elaborada intencionalmente para garantir a coesão do povo no Estado.”<sup>46</sup>, assim percebe-se que esse sentido de nação é algo construído pela classe dominante que, junto com o Estado, busca manter a população sobre os seus ditames, valores e normas.

Cabe ressaltar que o conceito nação faz parte de uma construção de uma unidade imaginária<sup>47</sup> para formar dentro da sociedade uma ideia naturalizada de que todos pertencem a um determinado território ou descendem de algum povo, que se une em torno de certos comportamentos, preceitos e uma história, com os quais todos se identificam e do qual se sentem parte. Ainda dentro dessa construção, em regimes autoritários há uma intenção de colocar o Estado como o guardião dos interesses de todos que pertencem à nação, suprimindo o fato de que esta costuma ser guiada pelos interesses de uma classe mais influente que prioriza manter o seu poder de controle ideológico e econômico sobre toda a sociedade.

Após essa breve reflexão sobre o conceito de nação - destacando a ideia de construir unidade na qual todos se identifiquem, com o intuito de fortalecer o Estado - se faz preciso analisar o que o regime varguista, principalmente à época do Estado Novo, pregava como identificador de ser brasileiro, com quais valores, normas e história, supostamente comum a todos.

---

<sup>44</sup> Ibid., p. 18

<sup>45</sup> Ibid., p. 26

<sup>46</sup> LEVI, Lucio. Nacionalismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 1995. p.800

<sup>47</sup> CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 120.

No período anterior ao governo Vargas, a política brasileira era dominada pelos partidos regionais, ligados aos seus próprios interesses e com articulações que favoreciam só alguns estados do território do Brasil. Com a ascensão de Vargas, houve centralização do poder e expansão do Estado Federal, buscando suprimir os regionalismos. Tendo a Constituição de 1937 como marca da nacionalização desse poder.

Não se pode deixar de citar a influência do positivismo na concepção de governo que a equipe de Vargas aplica. Essa linha de pensamento era muito forte no Rio Grande do Sul. Resumidamente, o positivismo em termos políticos pregava a construção de um Estado forte, centralizado e contrários aos meios representativos e democráticos<sup>48</sup>. Assim, o governo Vargas implantou uma política de fortalecimento do poder executivo, com um governo autoritário e centrado na figura do presidente, como um elemento agregador a toda nação.

Faz-se necessário destacar o porquê da escolha de um Estado autoritário naquele momento para o país. O motivo seria o fato de o Brasil, àquela época, ainda não ter um sentimento de nacionalidade consolidado, e através de um Estado forte poderia se fazer com que esse sentimento fosse gestado de cima para baixo<sup>49</sup>, ou melhor dizendo, teríamos o poder do Estado espalhando a noção e o sentimento de pátria para a população.

Segundo Mário Stoppino, umas das características do autoritarismo seria um Estado centrado em algum órgão ou em alguém, dividido hierarquicamente com o emprego da coerção<sup>50</sup>. Na Era Vargas, o Estado foi centrado na figura do presidente, que foi um dos pilares de sustentação do regime, empregando um discurso forte sobre cada um ter seu lugar. O autoritarismo serviu muito bem aos interesses do governo, buscando exercer um controle político sobre o povo de uma forma que parecia ser para o bem de todos e para união da nação, já que era um poder pensado para a realidade do Brasil.

Porém, para a formação de uma nação, precisa-se ir para além de uma coesão política voltada para todo o país, se faz preciso buscar elementos que identifiquem toda a população, independentemente de sua classe social. A bandeira do nacionalismo irá complementar a ideia de um Estado autoritário, buscando criar um elemento comum a todos, como o passado da pátria e o futuro grandioso que estava por vir<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup>PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.60

<sup>49</sup>Ibid., p.55-56

<sup>50</sup> STOPPINO, Mário. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 1995. pp.94-104

<sup>51</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial**: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p.16

Durante o regime varguista, a história do Brasil foi interpretada para a formação da nação, ressaltando um passado comum a todos, como se observa no trecho de Ângela de Castro Gomes:

A “necessidade” de um passado, sua inscrição como “fonte” da nacionalidade e por conseguinte, como bússola da política advinham muito mais, acreditamos, da orientação sustentada pelo ideólogos do regime de que não havia governos bons ou maus- não havia modelos universais-, e sim governo adequados ou não a uma realidade singular.<sup>52</sup>

Assim percebe-se que a busca pelo passado foi grande neste período com o sentido de usar a história como ponto de partida para compreender o que era e a realidade daquele momento para, então, ver como prosseguir ou não com um modelo não só de governo, mas também de valores, normas e cultura.

A busca pela nova nação ia além, pensando na formação de um novo homem, com uma nova visão de mundo e novos valores, como a exaltação do trabalho para a melhoria de vida da população e também meio para o progresso da nação. Com isso, desconstruindo que o passado servia somente para rememorar as tradições e os grandes feitos, e erguendo a ideia de que era útil para alicerçar o futuro, que se pregava grandioso. Durante essa época houve exaltação de nomes do passado e das instituições nacionais, refletindo em uma série de comemorações e eventos sobre a história do Brasil, com vários festejos de centenários<sup>53</sup>. Assim vê-se que a história foi extremamente usada, tanto para enaltecer o que ocorreu no passado, como para ser a base do que estava se construindo no presente e do que era almejado para o futuro.

Sabendo que a história é uma construção, vê-se que não é relembrada por inteiro, mas lembram-se dos acontecimentos do passado que dialogam ou se afinam com os interesses da classe dominante do momento. Com isso, há de se pensar quais momentos do passado, e do país, o governo Vargas destacava para formar a ideia de nação brasileira. Ângela de Castro Gomes aponta como os temas de maior recorrência eram o pacto colonial, as missões dos jesuítas, questões das fronteiras e rebeliões separatistas<sup>54</sup>. Temas que rememoravam um passado distante, anterior à independência, o que mostra a busca das raízes do Brasil quando colônia. Outro tema de destaque eram os bandeirantes, por terem desbravado o interior do Brasil, o que tornou possível para o regime promover a “Marcha para o oeste”.

---

<sup>52</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 142.

<sup>53</sup>Ibid., p. 146

<sup>54</sup>Ibid., p. 149

Utilizando a história como elemento agregador para a formação de uma unidade do povo e de uma nação sobre os mesmos signos e valores de identificação, faz necessário que a produção cultural seja feita de maneira homogênea com as mesmas mensagens sendo reproduzida de Norte a Sul do Brasil. Para esta unidade ser alcançada, o DIP produzia seu próprio jornal e tentava controlar as imprensas regionais para que não divulgassem mensagens consideradas subversivas<sup>55</sup>. Esse controle também se estendia aos materiais didáticos produzidos pelo Ministério da Educação e distribuídos em todo o território nacional, fazendo com que os conteúdos estudados fossem padronizados<sup>56</sup>. Dentre os conteúdos reproduzidos pela mensagem nacional estavam temas como: a união do país em torno de Getúlio Vargas, exaltação da natureza do país, o ufanismo verde e amarelo, o progresso do país através das realizações do governo e outros temas que pudessem agregar aos elementos nacionais.

Por fim, a nação é uma construção subjetiva, que tenta agregar uma determinada população sobre certos preceitos, que geram identificação com a coletividade. Percebe-se que o regime varguista se utilizou da história para construir uma nacionalidade para além do político, buscou as origens do país para a junção do povo, ressaltando características como a cordialidade como uma marca para a aceitação de um governo autoritário e centralizado entorno de Vargas.

### 1.3.2. O ideal de Família

Dentro da ideologia do regime de Getúlio Vargas um dos pontos fortes é a defesa da família, que era vista como uma base para o Estado. Essa defesa era feita ancorada nos valores morais de família tradicional, com os papéis definidos e divididos pelos gêneros. Destacando que este pensamento se aproximava da ideologia pregada pela igreja Católica, pelo Integralismo e pelos fascismos europeus<sup>57</sup>.

Nessa concepção, através da família iria se perpetuar a consolidação dos valores tradicionais do Brasil e também aumentaria a população, como aparece neste trecho de Schewartzman, Bomeny e Ribeiro: “A família era definida como uma “comunidade constituída pelo casamento indissolúvel com o fim essencial de gerar, criar e educar a

---

<sup>55</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p.22

<sup>56</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bouquet; RIBEIRO, Vanda Maria. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. p.141-142

<sup>57</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política.** Campinas, SP: Papirus, 1986.p. 44

descendência” e por isso considerada como “primeiro fundamento da nação”<sup>58</sup>. Percebe-se a importância dessa concepção dentro do governo, já que a família era vista como um núcleo de onde se formaria a unidade da nação; porém nesta época de transformações, a família, que não é algo cristalizado, também estava tendo novas configurações.

Querendo conservar a família, o governo defendia que a mulher deveria ter um trabalho condizente com a natureza feminina, voltando-se mais para manter a estrutura do lar, no cuidado com a casa e na educação dos filhos<sup>59</sup>. Com relação ao homem, notamos que este tinha o papel de ser o chefe e provedor da família, fazendo com que dentro desse núcleo houvesse uma hierarquia que se expandiria para toda a sociedade<sup>60</sup>, sendo reproduzida uma visão de mundo paternalista, na qual o pai era o centro, direcionando a tudo e todos. Assim, vemos que a família era como um espelho da sociedade que se queria, onde cada um tinha a sua função dentro da dinâmica.

A família tinha seu início com o casamento. E por conta disto o governo Vargas incentivava a população a se casar, dando os melhores empregos para os homens casados em detrimento dos solteiros<sup>61</sup>, por exemplo. O casamento era estimulado em vários aspectos, como se observa na passagem: “O casamento incentivado, a prole numerosa premiada, a mulher presa ao lar e condicionada ao casamento, a chefia paterna reforçada, a censora moral estabelecida em todos os níveis, as letras e as artes condicionadas pela propaganda governamental...”<sup>62</sup>. Nesta época o governo fez várias propostas para a criação do dia da família, mostrando a importância dessa instituição para o governo e para manter os ideais do regime. Depois do casamento deveria vir a reprodução, com um casal tendo vários filhos, todos criados dentro dos ditames morais da boa família.

Então se verifica que o governo, para constituir uma nação forte e unida, utilizou a família como um ponto de apoio para edificar o seu projeto. Percebe-se uma nítida imposição dos valores do regime para a família, como se fossem ideais tradicionais da família brasileira. Sendo mais fácil dominar uma sociedade onde a dominação tem origem dentro de casa, através da obediência ao pai, ressaltando que o governo monta a figura de Vargas como o pai da nação. Essa imagem de família ainda é forte na sociedade atual, com políticos discursando

---

<sup>58</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bouquet; RIBEIRO, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. p.111-112

<sup>59</sup> Ibid., p. 112

<sup>60</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papyrus, 1986. p. 47

<sup>61</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bouquet; RIBEIRO, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. p.112

<sup>62</sup> Ibid., p.113

sobre a defesa da família. Obviamente com algumas alterações, mas com a mesma essência do que era pregado no regime varguista.

### **1.3.3. Estado e corporativismo – estratégias de controle social?**

O período anterior à Era Vargas foi de expansão da classe operária, com a intensificação das lutas de classe, opondo patrões e empregados quanto a salários, jornadas de trabalho abusivas e outras reivindicações. Para tentar aplacar os descontentamentos, algumas reivindicações foram atendidas, o que foi tratado como “doação”. E de outro lado tentou-se controlar o poder reivindicativo dos trabalhadores por meio de mecanismos de base corporativa, pregando sempre a união de todos, independentemente da classe, para alcançar o progresso do país.

Para fortalecer a ideia do corporativismo, o governo assumiu uma postura antiliberal, já que o Estado passaria a intervir mais, estar mais presente nas ações econômicas e intermediar os conflitos sociais. Contra o liberalismo, expunha que este sistema não analisava as especificidades de cada local, contribuindo para o atraso<sup>63</sup>. Também se propunha a ideia de união, que seria adequada para o desenvolvimento do Brasil, segundo o regime. Destacando que o governo de Vargas tinha uma forte tendência ao positivismo e tinha como objetivo o progresso do Brasil perante o mundo.

Outra característica do liberalismo que incomodava o regime varguista, e de certo modo se contrapunha ao corporativismo, é o individualismo, que prega a busca de cada um pelos seus próprios interesses e anseios, permitindo às vezes passar por cima das vontades coletivas para alcançar os seus objetivos. Já o corporativismo tinha o ideal de acabar com as lutas e os conflitos das classes, colocando em pé de igualdade todos, por exemplo empresários e trabalhadores, com o ideal de que todos estariam trabalhando pela nação e pelo progresso, em harmonia.

Neste período, vários países adotaram o corporativismo como doutrina para o controle da luta de classe. Entretanto, em cada um deles o corporativismo foi adequado à realidade daquela sociedade. Os países que adotaram esse sistema tinham um caráter autoritário como os regimes nazifascistas europeus e de Portugal com Salazar. O corporativismo foi inspirado nas corporações de ofício da Idade Média<sup>64</sup>. Pelo fato de estas terem conseguido manter a

---

<sup>63</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial**: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p.18

<sup>64</sup>D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In :DELGADO, Lucília, FERREIRA, JORGE. **O Brasil Republicano**, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 218

ordem e a hierarquia social e religiosa. Dessarte o corporativismo pretendia manter um controle sobre a sociedade, com todos sob as normas e regras para galgar o progresso e manter uma estrutura hierárquica vigente na sociedade.

Pensando o corporativismo no Brasil na época de Vargas, notamos que foi um momento onde o lado social começou a ser contemplado<sup>65</sup>. Maior marca disso foram as leis trabalhistas que eram vistas como uma grande presente de Vargas para os trabalhadores. Cabe ressaltar que, naquele momento, em vários países estavam surgindo leis que contemplavam reivindicações dos trabalhadores. Por conseguinte, não se tratava de um grande feito de Vargas, e muito menos uma novidade como se colocava pelo governo.

Para apaziguar as lutas de classe, os trabalhadores eram congregados pelas suas profissões, não sendo mais a classe trabalhadora, mas dividida pela atividade - dentro da classificação contava-se, até mesmo com a profissão de empresário. Isso gerou uma desarticulação entre a classe trabalhadora. Também se usava muito o discurso de que todas as profissões eram importantes para o desenvolvimento e progresso do Brasil, porém há de se ressaltar mais uma vez que essa igualdade ficava mais no discurso, pois na prática o governo privilegiou setores ligados à classe dominante.

Outro instrumento muito utilizado pelo governo Vargas para tentar controlar os trabalhadores foi a figura dos sindicatos, que anteriormente eram tidos como lugar de lutas e formação política. Naquele momento, todavia, o sindicato era mais um mecanismo para manter a ordem ditada pelo Estado, onde não se poderia mais difundir ideias ideológicas e políticas diferentes das do regime, já que os sindicatos eram uma instituição colaborativa do Estado<sup>66</sup> e subordinada ao Ministério do Trabalho. Lembrando que só era permitida a existência de um sindicato para cada categoria profissional como uma forma de manter a homogeneidade dentro da classe. E por mais que o sindicato estivesse dominado pelo governo, como um braço forte dentro da dinâmica do corporativismo, não foram todos os trabalhadores que aderiram à ideologia oficial. Isso fica evidente quando os trabalhadores que estavam no lado do governo eram chamados de “pelegos”.

Os sindicatos eram um instrumento de dominação do povo e disseminação dos ideais do governo, como a paz e a homogeneização do pensamento de que todos supostamente eram iguais perante a sociedade, contribuindo para fortalecer o corporativismo. O ideal do corporativismo inspirou várias práticas durante o Estado Novo, divulgando a ideologia do regime em termos de união e de progresso para o país.

---

<sup>65</sup>Ibid.,p. 222

<sup>66</sup>Ibid.,p. 223

A tentativa de dominação das massas não foi somente no campo das ideias, mas também através de coerção feita pelo governo<sup>67</sup>. Tratando-se de um regime autoritário, no qual a força se faz presente quando o discurso moral não consegue envolver toda a sociedade. No período do Estado Novo, várias pessoas foram presas por serem tidas como subversivas, porém esse lado do regime de Vargas é muitas vezes esquecido em detrimento dos seus feitos pelo Estado e nação brasileira. Houve uma grande aceitação do regime pela população em geral, destacando os trabalhadores que, em várias ocasiões, participavam de comemorações e desfiles do Estado, chegando algumas vezes a homenagear até os empresários<sup>68</sup>.

Em geral isso expõe que embora por um lado o governo, com sua ideologia, tenha conseguido seu objetivo de apaziguar os conflitos de classe, por outro, ainda se via obrigado a lidar com os grupos divergentes, que eram silenciados pela coerção e força do poder do Estado, como uma forma de manter os ideais da classe dominante vigente.

#### **1.3.4. Getúlio Vargas: “chefe” e “pai”**

Como já foi explicitado anteriormente, o Estado era centralizado na figura do seu chefe, Getúlio Vargas. Faz-se necessário pensar como foi construída essa imagem tão forte dentro do Estado Novo e como se produziu, através do DIP, a proximidade e a afetividade com o povo, levando Vargas a ficar conhecido na história com “pai dos pobres”.

Na construção ideológica do Estado Novo, a nação era vista como uma família. Todos tinham que se ajudar para alcançar o progresso e o pai desta grande família e da nação era o presidente Getúlio Vargas, o chefe, provedor e até guia espiritual, por estar sempre calmo e contido em seus gestos, nunca mudando seu jeito de ser<sup>69</sup>. Em torno da figura de Vargas se construiu um certo misticismo, dotando-o de características especiais, colocando-o como predestinado a guiar o país e o povo para o futuro, em melhores condições. Isso mexia com as crenças e com o emocional das pessoas. No entanto, vendo a trajetória de Vargas, percebe-se que ele foi um hábil político que, bem assessorado, construiu uma imagem de guia e homem excepcional para envolver a sociedade brasileira.

A figura do pai da nação se fazia muito presente no cotidiano da população, pois além dos discursos feitos no rádio e em eventos comemorativos, na maioria dos lugares públicos havia a foto de Vargas, criando a ilusão de que o chefe estava em todos os lugares, sendo

---

<sup>67</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 36

<sup>68</sup>Ibid., p. 36-37

<sup>69</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.p.48

onipresente para cuidar de todos. Os retratos do presidente também estavam nos materiais didáticos produzidos pelo Ministério da Educação<sup>70</sup>, como uma forma de as crianças criarem, desde cedo, uma identificação com o chefe. Então observamos a grande exposição feita da imagem de Vargas para o povo, talvez como um forma de lembrar o rumo que o Brasil estava tomando e como se por repetição a população pudesse gerar uma empatia por aquele homem das imagens.

A imprensa fazia vários materiais, como propagandas e biografias, exaltando Getúlio Vargas e sua personalidade dita excepcional, se referindo a ele como “o homem do sorriso”, “o homem do destino” e “o maior trabalhador”, entre outros elogios<sup>71</sup>. Isso se fazia como um reforço à imagem projetada pelo DIP do presidente como um homem que estava totalmente comprometido com o Brasil e seu povo, mesmo que analisando mais a fundo posamos notar que Vargas estava mais comprometido com os interesses da classe dominante e em gerar uma aparente a harmonia social para atingir objetivos, alcançando o tão proclamado progresso. Destacando, por fim que se Getúlio Vargas ficou conhecido por “pai dos pobres”, também era chamado de “mãe dos ricos”, o que constata a maior proximidade com o grupo dominante do país, para manter a mesma tradicional estrutura social, vinda desde os tempos coloniais.

Para compreender melhor a construção da imagem idealizada de Vargas, ressalta-se que o DIP fazia uma pesada censura no material que iria ser vinculado pela imprensa. Tal controle também era estendido a nomes do alto escalão do governo. Como exemplo desse controle da imagem de Getúlio Vargas, Silvana Goulart mostra, em seu livro, um relato de um cineasta que fazia os filmes para o governo. Este fala das edições feitas para que o presidente parecesse perfeito, até mesmo nas partidas de golfe<sup>72</sup>. Assim percebe-se todo o aparato utilizado para fazer a imagem perfeita de Vargas de modo a seduzir a população, já que a imagem era moldada conforme os interesses do governo.

Logo, vê-se que um dos pontos altos da ideologia e do Estado foi estruturar uma imagem forte de Vargas, como um guia do país para um futuro próspero. Ressaltando que foi criado um forte apelo emocional para haver uma maior identificação com povo, para que ele fosse considerado parte da família, visto como um pai protetor. Vale pensar que sem o apoio da equipe do governo e a propaganda do DIP e da imprensa não teria existido tanta empatia do povo com seu chefe.

---

<sup>70</sup>Ibid., p. 47-48

<sup>71</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.p.

<sup>72</sup>Ibid.,p. 25-26

Laconicamente, observa-se que os quinze anos de governo Vargas foram de grandes mudanças em vários aspectos no Brasil. O DIP se tornou um dos órgãos principais do Estado, e o auxiliou a montar e articular a ideologia do regime, controlando a imprensa, para que esta reproduza os valores pré-determinados. A ideologia Varguista foi uns dos grandes pontos de apoio do governo, tendo por intuito unir o povo e embutir a ideia de que se rumava ao progresso, assim fortalecendo o Estado.

## 2. PEDRO VERGARA E A REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA. A AÇÃO DE INTELLECTUAIS NO ESTADO NOVO

Para uma melhor visualização dos preceitos ideológicos do Estado Novo, será analisada como fonte a Revista *Ciência Política*, com o objetivo de estudar a divulgação, entre a população, do novo projeto de nação e a formação do novo Homem, que levariam ao progresso do Brasil. Na condução desse progresso, além do presidente Getúlio Vargas, tido como um ser iluminado, estavam os intelectuais que trabalhavam a favor do regime, integrantes da classe dominante <sup>73</sup>do país.

A pesquisa será feita tendo por base, mais especificamente, uma coluna da supracitada revista, escrita por Pedro Vergara que além de colunista era daquela diretor. O principal intuito é examinar a imagem que Vergara expõe de Vargas em alguns artigos selecionados. Foram analisados especificamente estes por tratarem de pontos relevantes da ideologia do regime e por evidenciar o tom doutrinário e sentimental com que Vergara escreveu sobre esses temas. Sendo importante destacar como a imprensa expunha os valores que supostamente eram os da nação brasileira.

### 2.1 A revista

A Revista *Ciência Política* era produzida pelo Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), tendo sido essa fundada no mesmo ano que este, 1940, quando o Brasil já se encontrava sob a ditadura do Estado Novo. Tratava-se de publicação mensal, que tinha como intuito divulgar as realizações do INCP e do governo, transcrevendo várias palestras realizadas no instituto, por exemplo.

A revista foi produzida de novembro de 1940 a maio de 1945<sup>74</sup>. Como se trata de um período relativamente grande e, por consequência, de muito material, trabalhar-se-á o recorte de 1940 a 1942. Até porque em agosto deste último ano, quando o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, a revista muda o seu foco<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> O conceito de classe social surge após o século XIX, advindo das desigualdades sociais dentro de uma sociedade, na qual um pequeno grupo possui o poder político e econômico, tendo certos privilégios sobre os outros grupos, esta classe é denominada de classe dominante. Referência: CAVALLI, Alessandro. Classe. BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 1995. pp. 169-171

<sup>74</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVERA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982.p. 76.

<sup>75</sup> Há de se perceber que em 1942 o DIP muda de direção, saindo Lorival Fontes e entrando o major Antônio José Coelho dos Reis; que pode ter influenciado na mudança do perfil da revista. Referência: DIP. ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel.(coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV,CPDOC, FINEP. 2001. V. 2

Os exemplares da revista foram encontrados no site de Biblioteca Nacional<sup>76</sup>, onde há 40 edições de todos os anos da revista, não estando presentes todos os números e variando por ano. Do ano de 1942 apresentam-se exemplares de todos os meses, enquanto de 1943 apenas podemos contar com um exemplar no site. Assim, dentro do recorte temporal, há 22 exemplares disponíveis para consulta no referido sítio eletrônico.

Para compreender o papel da revista dentro da dinâmica da época, foi utilizado o artigo *CULTURA E PODER POLÍTICO: Uma Configuração do Campo Intelectual*<sup>77</sup> de Mônica Pimenta Velloso. Onde se trabalha com duas revistas: *Cultura Política*, Oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e *Ciência Política*, que seguia as diretrizes do departamento do governo, diferenciando-as quanto às suas funções dentro do regime do Estado Novo. Enquanto a primeira tinha como propósito formular a doutrina ideológica do regime, a segunda era divulgadora dos princípios propagados por este, como se vê no trecho:

[...]Podemos ver a *Cultura Política* como a matriz ideológica do regime e as demais publicações do tipo *Ciência Política* como filiais que, se reproduzem a estrutura matricial, guardam suas próprias e significativas.<sup>78</sup>

*Ciência Política* propagava os valores patrióticos segundo os quais o novo regime guiaria o país ao progresso e a um lugar de destaque dentro da América e no cenário mundial. Sempre ressaltando que isso viria a ocorrer sob a direção do presidente Vargas. Outra ideia defendida era a união entre o que era social e o que era político para conseguir o tão almejado progresso. Um costume relevante para demonstrar a ideia do patriotismo era o de se fazer edições especiais em datas cívicas como 7 de setembro, dia comemorativo da independência do Brasil.

Como era uma revista de divulgação do regime varguista, a *Ciência Política* tinha como público alvo a população em geral, sendo difundida em todos os níveis sociais. Não se pode esquecer, contudo, que a ideologia vigente apontava a classe dominante como camada dirigente, destacando os intelectuais que propagavam os ideais nacionais do regime entre toda a população.

Era uma produção com o caráter pretensamente educativo e até doutrinador em relação ao povo. Contudo, há de se destacar o tom formal da linguagem. Esse tipo de divulgação era

---

<sup>76</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/>> Acesso em: 30/ 05/2013

<sup>77</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVERA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982.p. 71-108

<sup>78</sup> Ibid., p. 104

vista como uma prestação de serviço por membros do alto escalão do governo e até pelo próprio presidente Vargas. Faziam discursos elogiando a atuação do instituto, como se pode observar no discurso realizado em novembro de 1940, publicado pela revista em março de 1941, por ocasião do primeiro aniversário do INC:

[...]Agradecendo esta demonstração que me trazem, pelas palavras do ilustre Presidente do Instituto, devo declarar ainda que tenho acompanhado vossos trabalhos, quer através da imprensa, quer através de suas conferências, quer também pelas publicações de sua Revista. E sinto-me realmente confortado com o calor dessa solenidade, vinda de gente que tem tanta significação, quer pela altura de seu espírito, quer pela sua cultura, quer pela sinceridade de sua atuação.

Agradecendo esta demonstração, respeito, já estais colaborando com o governo, na difusão, na divulgação dos ensinamentos da doutrina do novo regime. [...] <sup>79</sup>

Como Mônica Velloso aponta em seu texto, a revista *Ciência Política* reforçava um dos traços do Estado Novo; a hierarquização. Conceito segundo o qual todos tinham seu lugar dentro da sociedade, lugar este direcionado pela profissão<sup>80</sup>, o que reforça a ideia de corporativismo. O trabalho de todos contribuiria para o progresso do país, o que servia para manter o equilíbrio social, vez que iria acalmar os ânimos dos trabalhadores. Assim o país era posto como um corpo do qual todos fazem parte, para que funcione e se mova para o progresso, e onde as profissões eram classificadas por sua importância.

Um ponto de destaque seria o tocante aos já citados intelectuais da época, vez que eram eles os responsáveis por escrever sobre as ideias e propostas de reforma do regime do Estado Novo, envolvendo a população através de tais. No texto de Mônica Pimenta Velloso expõe-se que havia uma separação entre os intelectuais que escreviam para cada uma das revistas, *Cultura Política* e *Ciência Política*. Os que escreviam na primeira eram considerados os intelectuais “produtores” de ideologia, enquanto os que o faziam na segunda eram tidos por divulgadores<sup>81</sup>.

Aqueles que escreviam na *Cultura* eram o que se chamava e talvez ainda se chame de elite intelectual, os grandes intelectuais, de destaque nacional e que até hoje são conhecidos. Enquanto os intelectuais da *Ciência* eram nomes de pouca projeção, em sua maioria juristas e professores universitários, todos de fora do eixo do Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, há de

---

<sup>79</sup> Discurso de recepção do Presidente Getúlio Vargas ao Instituto Nacional de Ciência Rio de Janeiro, Março de 1941

<sup>80</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVERA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1982. p.92

<sup>81</sup> Ibid., p. 100

se ressaltar que, mesmo com essa separação na classe dos intelectuais, todos trabalharam com empenho para o fortalecimento do regime, como Mônica coloca no texto: “[...] O fato de a matriz ideológica do regime ser obra dos “grandes intelectuais” não nos deve levar a minimizar o papel que desempenharam os “intelectuais médios” no interior do projeto...”<sup>82</sup>

Há que se pensar que todos os intelectuais ressaltados por Velloso, de grande e média importância, estavam inseridos dentro de classe dominante do Brasil, pertencendo a núcleos de famílias oligárquicas e com boas possibilidades no que se refere a estudos. Tomando, todos eles, para si a pretensão de ser os condutores do progresso da nação, como também Daniel Pécaut resalta em seu livro *Os intelectuais e a Política no Brasil*<sup>83</sup>. Assim, o que se vê é que o referido grupo estava provavelmente interessados em manter os privilégios da estrutura social do país ao compactuar com a formação da doutrina do Estado Novo, divulgando-a para a população em geral.

## 2.2. Os intelectuais – questões teóricas

Observando a conjuntura da Era Vargas, importa analisar melhor o papel dos intelectuais, ver como auxiliaram na construção da doutrina do regime e na mobilização a população no que se referia à pessoa de Getúlio Vargas. Assim, em um primeiro momento, propõe-se analisar qual é o papel do intelectual em uma sociedade, como ajuda na formação de uma ideologia e hegemonia de um grupo social, já que o pensamento pode ser tanto de direita como de esquerda. Depois, para compreender melhor o papel dos intelectuais, serão utilizados os conceitos do marxista italiano Antônio Gramsci, fortalecendo a concepção do que vem a ser este intelectual e a sua importância e destaque dentro de uma sociedade.

Faz-se necessário pensar na trajetória e no lugar ocupado pelos intelectuais brasileiros, que como já foi citado, faziam parte da aristocracia, da classe dominante do país. Frequentando escolas tradicionais e tendo notório prestígio social. Porém, analisando a trajetória da intelectualidade do país, vê-se que no período relativo à Primeira República, os intelectuais se afastam do engajamento político e social que circulava pelo país. Como Mônica Velloso fala em artigo, os intelectuais ficam presos em suas “torres de marfim” e nos

---

<sup>82</sup> Ibid., p. 103-4

<sup>83</sup> PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 19- 98

meios literários<sup>84</sup>, isolados da realidade. Apenas em meados da década de vinte, alguns intelectuais vão começar a pensar na nacionalidade, nas origens, no que é ser brasileiro, e a se inserir na política. Dá-se então começo à ideia de que os intelectuais se juntaram ao Estado para promover uma nova mentalidade e uma reforma no país, como Daniel Pécaut diz em seu livro:

Essa geração esforçou-se, assim, para romper com duas experiências que marcaram negativamente a história intelectual antecedente: a dependência perante o Império e o isolamento no início do século XX. Em contrapartida, tentou reatar com uma terceira: o prestígio das elites de Estado, que caracterizara todo o período do Império.<sup>85</sup>

Os intelectuais das décadas de 1920 a 1940 tomam para si a missão de ser a classe dirigente do país e, com isso, formar uma noção do que é uma nação. Isto porque no Brasil ainda não existiria um sentimento de união e de pertencimento por parte da população. E esta seria uma das grandes bandeiras do Estado Novo: união do povo. Assim se casariam os ideais do regime com os dos intelectuais.

Para realizar a formação da nação se fez necessário resgatar a origens e as raízes do povo, ressaltando a descendência dos portugueses e dos índios, mais especificamente dos tupis<sup>86</sup>, e dos negros. O que não era visto como um bom elemento, repudiando a mistura que havia ocorrido com as outras raças.

Com este tipo de pensamento, os intelectuais se preocupavam em conjugar a política e a cultura nacional, uma vez que com a atuação política poderia se formar uma cultura, ou uma identidade, de acordo com as especificidades do país, fundamentada na realidade local e dando força ao nacionalismo. É necessário pensar que esta realidade projetada pelo governo e seus pensadores certamente visava a continuação do modelo das classes dominantes e a submissão do povo à mesma.

No livro de Daniel Pécaut, o autor ressalta a questão de os intelectuais brasileiros não terem, à época de 1920 a 1940, uma profissão definida, ou seja, de acordo com o autor eles não tinham um vínculo institucional que os identificasse<sup>87</sup>. Isso geraria tipos de intelectuais diferentes, que o autor divide de acordo com a profissão em três, quais sejam: advogados, engenheiros e os “homens de cultura”. Isso reforça o caráter classista dos intelectuais, pois há

---

<sup>84</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v.2. , p.151

<sup>85</sup> PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.22

<sup>86</sup> Ibid., p. 38

<sup>87</sup> Ibid.,p. 34

de se pensar que àquela época os membros da aristocracia, mais que qualquer outra estirpe de cidadão, gozavam de recursos para estudos e uma formação acadêmica. E com esse privilégio, surge para os intelectuais a ideia de serem os que tinham melhor visão de como dirigir a nação para o progresso. Porém eles apenas reafirmaram a velha estrutura social e política, que coloca o poder nas mãos de poucos.

O grupo em questão se via como a classe dirigente e tinha a ideia de que uma pequena minoria, mais especificamente ele e os políticos, conduziria rumo à civilização e ao progresso do Brasil, como Pécaut cita na frase: “*Civilizar por cima, civilizar que estão em estado de compreender.*”<sup>88</sup>. Pensavam, portanto, em civilizar a população como um jeito de moldá-la aos seus ideais e de fazer com que as massas se enquadrassem na lógica do jogo político que se articulava na época.

Prova disso se encontra no fato de que vários ideólogos do regime varguista advogavam a favor do autoritarismo, defendendo-o como a melhor forma de governo para o Brasil<sup>89</sup>. Essa teoria serviu de base para o golpe arquitetado pelo grupo de Vargas em 1937. Porém, há de se ressaltar que a realidade projetada por este grupo, acabou por engolir outros projetos de Brasil que estavam surgindo e que talvez melhor condissessem com a realidade do povo e com um sentimento de nação mais forte.

Para além dos aspectos político e nacional, os intelectuais vão, também, pensar o social. Organizar a população em função da mentalidade da época, pregando que cada um tinha a sua função dentro da sociedade, o que levava à necessidade de doutrinas que difundiriam essas ideias, como cita o autor Daniel Pécaut:

[...]:a vocação de intelectual se realizava pelo equacionamento conjugado da questão social e da questão nacional; a autonomia do intelectual se constrói sobre pano de fundo do enquadramento das classes populares, pela via institucional ou pela via política.<sup>90</sup>

Para a organização social, os intelectuais utilizavam a premissa de que os brasileiros eram cordatos e ordeiros, capazes de estruturar a sociedade dentro das diretrizes e dos preceitos que o regime pregava. Expondo sempre que, por mais que não tivessem um papel efetivo nas grandes decisões da nação para manter a ordem e conduzir ao progresso, todos tinham seu papel dentro da dinâmica da nação. Com isso, consegue-se manter as massas sob o controle e satisfeitas por terem seu espaço dentro da nova realidade de nação.

---

<sup>88</sup> Ibid., p. 28

<sup>89</sup> Ibid., pp. 27-28.

<sup>90</sup> Ibid., p. 53.

Sobre os intelectuais dessa época, Pécaut fala da influência de ciência dentro do pensamento e das teorias dos intelectuais. O autor expõe que várias teorias provinham da sociologia. Para organizar a sociedade e colocar o país no rumo do progresso, por exemplo, pode-se constatar a aplicação da teoria do “Darwinismo social”. Devemos considerar, ainda, a grande influência positivista entre os intelectuais e dentro da própria doutrina do regime, vez que o positivismo dará base para grande parte dos preceitos difundidos pelo governo. Preceitos dentre os quais se destaca a busca pelo progresso, a união entre o povo e a exaltação do conceito de nação, opostos ao repúdio as ideias do liberalismo. Criando-se, deste modo, um sentimento antiliberal e a exaltação do coletivo em detrimento do individual.

Após ter contextualizado os intelectuais dentro do regime de Vargas, é importante analisar a “função” dos mesmos. Para isso, serão utilizadas as concepções de Antônio Gramsci, através de sua comentadora Maria-Antonietta Macciocchi no livro *A favor de Gramsci*<sup>91</sup>. Fazendo-se necessário esclarecer que as análises desse autor seriam para pensar a revolução da esquerda durante os anos 1920 a 1930, e o momento aqui estudado, a Era Vargas, sendo este um regime de direita, com uma organização política e social de direita de caráter autoritário. Observamos que Gramsci vivenciou a ascensão de Mussolini na Itália, morreu no ano de 1937, o mesmo ano em que se instala a ditadura do Estado Novo no Brasil. Na ideia de Gramsci, o intelectual seria aquele que cria a ideologia dos dominantes, como aparece na passagem de Macciocchi:

“O intelectual é definido como o “representante da hegemonia”, o “funcionário da superestrutura”, o “criado do grupo dominante”, aquele que assegura o consenso ideológico (comando + hegemonia) da massa em torno do grupo dirigente, que serve de elo entre a superestrutura e a infraestrutura.”<sup>92</sup>

Visto o trecho acima, para Gramsci os intelectuais possuem, dentro da sociedade, um papel ímpar, pois eles que formulam as ideias e as concepções que serão de suporte para a hegemonia de um determinado grupo ou regime no poder. Então, pode-se pensar que os intelectuais têm como missão conectar o ideal de um grupo dominante com as massas. Destacando-se que os intelectuais do regime de Vargas souberam cumprir sua incumbência de ligar as massas às pretensões de Vargas e de seu governo.

Ainda pensando a concepção de intelectuais em Gramsci, há uma classificação entre os tradicionais e os orgânicos. O primeiro grupo seria daqueles ligados a grupos tradicionais, que reafirmam as estruturas antigas da política e da sociedade; já no segundo grupo, os que

---

<sup>91</sup> MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1974.

<sup>92</sup>Ibid., p. 188

formulam e divulgam as ideologias para sua difusão entre a população, esses podem pertencer ou não a classe que está representando<sup>93</sup>. Gramsci aponta o exemplo de intelectual orgânico do proletariado, essencialmente organizadores de vontades coletivas.

Trazendo as conceituações e exemplos de Gramsci para o contexto da Era Vargas, vemos que alguns intelectuais podem ser considerados como orgânicos e tradicionais ao mesmo tempo, principalmente os que trabalham nas revistas, pois como já foi exposto acima, eles ajudaram ao governo a divulgar e a colocar em prática sua doutrina para dominar as massas. Reaviando que os intelectuais dessa época pertenciam a setores de classe dominante no país.

Os intelectuais têm como função promover a hegemonia do grupo dominante entre os outros grupos da sociedade, como pensava Gramsci. Para isso se constituía essa hegemonia através da sociedade civil, da sociedade política, ou Estado, e pelo jurídico<sup>94</sup>. O teórico separa metodologicamente, essas instâncias dentro da sociedade como um todo. Emenda que a ideologia proposta pelos intelectuais tende a se espalhar para a sociedade inteira, influenciando as massas a pensar e agir como e dentro dos parâmetros da hegemonia dominante. Para além do papel de integrar a sociedade, os intelectuais tem sua participação política e história, com relacionando-se diretamente com a classe dominante<sup>95</sup>. Gramsci coloca essa ligação como orgânica, porém, pensando nos intelectuais do regime varguista, observa-se que eles tomaram para si a função de ser a classe dirigente do país, rumo ao progresso e de se destacar no cenário mundial.

Gramsci coloca que as classes dominantes vão se sucedendo no poder e os intelectuais também vão mudando conforme as mudanças no pensamento ideológico e hegemônico. Pensamento que surge na revolução socialista. Observando a história do Brasil, pode-se notar que há um processo de mudanças no governo acompanhado de um novo pensamento dos intelectuais. O grupo sai de uma apatia para pensar a realidade política e social e partir para uma ação concreta dentro da sociedade brasileira.

Outro ponto levantado por Gramsci seria que, para haver a revolução do proletariado, estes deveriam modificar os valores morais que aprisionam as massas dentro dos ditames das normas sociais da burguesia<sup>96</sup>. Esses valores seriam: família, patriotismo, moralismo, virtudes, entre outros. Pensando na ideologia do Estado Novo lobriga-se que estes valores foram extremamente exaltados e ressignificados. Tanto é que se produziu a ideia da uma

---

<sup>93</sup> Ibid., p. 194

<sup>94</sup> Ibid., p. 195

<sup>95</sup> Ibid., p. 196

<sup>96</sup> Ibid., p. 208

grande família, com todos cooperando mutuamente, apoiados na figura paterna de Getúlio Vargas, “pai da nação”. Por meio disso tentava-se obter o controle das massas e construiu a figura quase mítica do presidente, como de alguém que entendia e lutava pela população. Conquanto, Vargas compactuava com os desejos da classe dominante do país, tanto que entrou para a História como “pai dos pobres” e “mãe dos ricos”.

Gramsci coloca que para o fim da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual – trabalhadores da indústria – seria preciso reformular a educação. O autor propõe a formação de “*uma escola unitária com base para toda a orientação pedagógica*”<sup>97</sup>, que seria uma escola para todos, sem distinção. Uma escola que prepararia para o trabalho e ao mesmo tempo para o pensar a níveis; social e político. Mas analisando a Era Vargas, vê-se que não se pretendia alargar o número da intelectualidade do Brasil, pois uma massa numerosa e sem instrução seria mais facilmente dominada e controlada.

Como a maioria dos intelectuais compactuava com os valores do regime, se tornaria fácil estabelecer a hegemonia sobre a população. Ressaltando que, nesta época, nas escolas e no material didático, a figura de Getúlio Vargas aparece constantemente e a exaltação do nacionalismo é constante, como o hino nacional na contracapa dos cadernos e saudações à bandeira; reforçando nas crianças a ideologia do governo, o nacionalismo.

Em seu livro, Macciocci relata a situação dos intelectuais franceses, evocando que Paris é tida como a capital intelectual do mundo cosmopolita. Porém todos os grandes ideólogos se ligam ao Estado e à hegemonia, até mesmo os de esquerda. Tanto que a autora dita que o pensamento político francês é mais pobre que o Italiano, relacionado a formação do pensamento das classes baixas, na tomada de consciência revolucionária, em um retrospecto histórico<sup>98</sup>. No período Vargas, o governo conseguiu reunir em torno de si vários intelectuais, destacando que grande parte se ligava ao Ministério da Educação, formando parte da equipe do ministro Gustavo Capanema<sup>99</sup>. Outros participavam fazendo a propaganda do governo nos meios de comunicação. Entre os intelectuais que se atrelaram ao regime podemos citar Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré. Nomes que ainda hoje são considerados grandes escritores do Brasil e têm sua importância dentro da literatura.

Isto exposto, repara-se que os intelectuais tiveram um papel de destaque dentro do regime do Estado Novo, já que eles montaram a base para a hegemonia daquele governo.

---

<sup>97</sup> Ibid., p. 223

<sup>98</sup> Ibid., p. 236

<sup>99</sup> PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.71.

Dentro do que Gramsci pensa sobre os intelectuais, os ideólogos brasileiros cumpriram sua função de afirmar um grupo dominante, com uma hegemonia forte sobre os outros grupos e projetos que apareciam naquele momento. Analisando que houve uma forte propaganda dessa hegemonia, reforçada e espalhada por todas as camadas sociais.

### **2.3. A ação de um intelectual na difusão ideológica do Estado Novo: Pedro Vergara**

Como foi dito na apresentação da revista *Ciência Política* a análise da fonte será feita a partir dos escritos de Pedro Vergara, que era também diretor dessa revista. A coluna do escritor aparecia na estrutura da revista como o primeiro artigo, levando a concluir que os artigos abrem as edições da revista como se fossem um editorial. Muitas vezes vinham após algum pronunciamento do presidente Getúlio Vargas que era transcrito. Os escritos de Vergara eram comentários sobre a fala do presidente.

Contudo, há de se ver quem foi Pedro Vergara, sua trajetória, e perceber se tinha o perfil dos intelectuais da época. Nascido Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara, em 18 de junho de 1895 na cidade de Porto Alegre – no mesmo estado que Getúlio Vargas, o que já mostra uma grande afinidade, já que o Rio Grande do Sul possuía doutrinas específicas, como o castilhismo – e falecido em 29 de julho de 1979 no Rio de Janeiro. Por ser um intelectual de pouca visibilidade, mesmo no período Vargas, não há muitas informações sobre a sua vida, sendo encontrada apenas uma pequena biografia no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*<sup>100</sup>.

Como vários membros da classe dominante, Pedro Vergara estudou Direito, começando seus estudos na Faculdade de Direito de Porto Alegre e terminando na Faculdade de Direito de Pelotas, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1917. Percebe-se Vergara se encaixa na observação de Daniel Pécaut de que muitos intelectuais brasileiros eram ligados à área do Direito. Dentro de sua profissão, ele exerceu várias funções: advogado, foi promotor e procurador público, tanto no Rio Grande do Sul, como no Distrito Federal e Rio de Janeiro. Fez parte de vários institutos e ordens ligadas aos advogados, por exemplo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Dentro do ramo de publicações de revistas e jornais, a Revista *Ciência Política* não foi a única dirigida por Pedro Vergara. No Rio Grande do Sul, o referido dirigiu os jornais *A Época*, em São Leopoldo no ano de 1922, *Diário Popular*, em Pelotas no ano de 1923, e o

---

<sup>100</sup>ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel.(coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 4. p. 6024/25

*Diário A Federação*; além da revista *Direito Aplicado e Jurídico*, mostrando que o lado jornalístico era presente na vida desse intelectual. É interessante destacar que na biografia do dicionário, a revista *Ciência Política* só é citada, não tendo o período em que circulou ou quando terminou, o que faz pensar que a publicação pode não ter sido tão importante dentro da trajetória política e jornalística de Pedro Vergara.

Na carreira política, que começa no ano de 1932, salienta-se que Pedro Vergara foi deputado na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em 1933, e deputado federal por seu estado natal em 1934 e em 1951. Além de um mandato ordinário em 1946 que o ligava à Liga Eleitoral Católica (LEC), mostrando uma forte relação com os preceitos religiosos, uma das bandeiras da ditadura Vargas. Há de se destacar que, pela biografia de Vergara, vê-se o apoio a Getúlio Vargas em todos os momentos políticos, desde seu governo do Rio Grande do Sul até a sua volta à presidência em 1951. Defendeu os ideais ditatoriais e os disseminava através de suas colunas na revista *Ciência Política*.

Pensando na trajetória de Pedro Vergara dentro do Estado Novo e na concepção de Gramsci sobre os intelectuais, repara-se que Vergara enquadra-se nas duas classificações de intelectual, tradicional e orgânico. Ele era oriundo dos setores dominantes e tradicionais da sociedade brasileira, mas, através de sua coluna na *Ciência Política* divulgava os ideais do regime para toda a população, assumindo a função de intelectual orgânico.

Como foi analisado, Pedro Vergara exerceu a “função” de intelectual com vários escritos, incluindo um ensaio de 1945, chamado *Getúlio Vargas: orador e escritor*. Foi defensor de um governo com ideais tradicionais e também dos valores católicos. Com isso há uma certa coerência entre sua trajetória de vida e seus escritos dentro da *Ciência Política*, como será analisado a seguir.

Observando os artigos de Pedro Vergara dentro da revista *Ciência Política*, destaca-se como ponto recorrente a exaltação dos preceitos ideológicos do governo de Getúlio Vargas, o que parece ser um modo de difundir entre a população essas ideias. Lendo esses artigos, descortina-se que eram sobre temas que estavam em evidência no momento e alguns artigos eram tão somente transcrições das palestras realizadas no Instituto Nacional de Ciência Política. Recordando que tanto a revista quanto o Instituto exaltavam a figura do presidente Vargas e promoviam os feitos do governo.

Dentro dos artigos há de se destacar a glorificação de Getúlio Vargas, Vergara o expõe como um predestinado, citando os seus feitos em quase todos os artigos. Com isso, nesse trabalho, problematiza-se um pouco essa imagem, mostrando que Vargas teve importantes colaboradores. Pedro Vergara também discute nos seus textos os aspectos da doutrina do

regime, como o coletivo sobre o individual, a união de todos pela pátria a fim de galgar o progresso, as reformas sociais e políticas implantadas pelo governo e outros temas.

Se faz necessário ressaltar que, em algumas edições, como as de janeiro e fevereiro de 1941, o tema tratado por Pedro Vergara foi o exército Brasileiro e as melhorias que o presidente Vargas nele promoveu. À época o mundo se encontrava no desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que mesmo ocorrendo no continente europeu afetou o mundo inteiro. Em seus escritos, Vergara relatava a situação na Europa e a preparação do Brasil para uma possível participação no conflito, que de fato ocorreu, em agosto de 1942. Como o foco deste trabalho não é o Brasil na Segunda Guerra, os artigos sobre o assunto não serão aprofundados.

Na edição de março de 1941<sup>101</sup>, Pedro Vergara analisa a doutrina do Castilhismo, doutrina pregada por Júlio de Castilhos, ex-governador do Rio Grande do Sul, que se difundiu para o país através de Vargas. Essa doutrina tem como base o positivismo e dentro do artigo terá destaque o individualismo ante o Estado e o coletivo, como se vê no trecho abaixo:

Quero, entretanto, chamar a atenção dos que me ouvem, para esta particularidade que ainda não foi suficientemente examinada: enquanto os velhos partidos políticos, dominantes no mundo, ao fim do século passado, e nos começos deste século, se inspiravam nas doutrinas individualistas e faziam do homem, do indivíduo, a pedra angular do Estado, — o sistema Castilhista, que servia de espinha dorsal ao partido republicano histórico, agia de modo contrário; sem sacrificar o indivíduo, e antes reconhecendo, proclamando e defendendo, as suas liberdades essenciais, — atribuía, contudo, ao Estado, a prevalência e criava urna espécie de hierarquia dos direitos, porque subordinava o indivíduo à sociedade e portanto ao Estado que é a sua forma jurídica.<sup>102</sup>

O trecho mostra alguns pontos importantes da doutrina de Castilhos, como o Estado devendo se sobrepor ao indivíduo, e a vontade do coletivo ao pessoal. Isso foi um marca do regime de Vargas que pregava que todos deveriam, unidos, ajudar para progresso do país, para seu futuro promissor. Em seu livro, Pedro Cézar Dutra Fonseca analisa a influência do positivismo dentro do pensamento político gaúcho, mostrando que esta doutrina visava o progresso e a evolução da sociedade, se contrapondo ao liberalismo.

No campo da política, era proposta a moralização, que seria alcançada com a atitude dos governantes de colocar o bem estar social acima dos interesses pessoais, políticos e

---

<sup>101</sup>VERGARA, Pedro. O Castilhismo. In: Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo V. Volume I. Rio de Janeiro, Março de 1941. P. 6 a 12

<sup>102</sup>Ibid., P.6-7

partidários<sup>103</sup>. O ponto é bastante exposto nas falas de Vergara na revista. Cabe destacar que Getúlio Vargas e Júlio Castilhos eram dois políticos que seguiam os preceitos positivistas, porém pertenciam a diferentes gerações e tinham diferentes projetos políticos. A geração de Castilhos visava à centralização da política estadual, do Rio Grande do Sul, enquanto a geração de Vargas, conhecida com a “Geração de 1907”, tinha uma perspectiva nacional<sup>104</sup>. Talvez por fazer parte de outro contexto.

Na época do Estado Novo, o Estado foi colocado como sujeito histórico, da maneira como se vê no trecho: “o Estado assume o papel de principal sujeito histórico porque a luta de classes não chegava a exprimir-se de maneira suficientemente nítida no interior da sociedade civil.”<sup>105</sup>. Assim, o historiador Alcir Lenharo escreve que as classes sociais ainda não estavam formadas dentro da dinâmica de lutas de classe no período, fazendo com que o Estado assumisse este papel. Com isso, faz lembrar o corporativismo, um aspecto forte dentro da ideologia do governo que pregava a união das classes profissionais para trabalhar em prol do progresso da nação e do futuro, e com isso mantinha-se a ordem social.

O Estado,- este, á sua vez, os têm para com os indivíduos, e de sua natureza muito mais imperiosa; - é que, de fato, o dever supremo e único do estado, a sua razão mesma de existir a de ser útil aos indivíduos que o compõem; o seu fim é realizar a felicidade de seu membros. <sup>106</sup>

Acima constata-se que, ideologicamente, o Estado é colocado como uma instituição que serve aos seus membros, satisfazendo-os. Esta passagem se aproxima do que o regime de Vargas pregava para o Brasil; uma grande família, na qual todos se ajudavam para o progresso e felicidade da população. Este aspecto de pátria como uma grande parentela é ressaltado por Alcir Lenharo em seu livro, no qual expõe a família como uma base para a formação de um estado forte, na época do Estado Novo, como diz a frase: “*Sem família não há dignidade do Estado*”<sup>107</sup>. Deixando claro que dentro desse núcleo há uma afetividade, ajuda mútua e todos querem se igualar. A nação num esforço coletivo para realizar o progresso do Brasil.

---

<sup>103</sup>FONSECA, Pedro Cézar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999.p. 54

<sup>104</sup>Ibid.,p.79-82

<sup>105</sup>LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.p. 20

<sup>106</sup>VERGARA, Pedro. O castilhismo. In: Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo V. Volume I. Rio de Janeiro, Março de 1941. P.7

<sup>107</sup>LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986. P. 45

Outro ponto que Lenharo cita se refere à figura do chefe como pai que cuida e protege a família. Defende que o governo transpõe esta imagem e esta função para o presidente Vargas e que foi muito utilizada dentro da propaganda de governo, como a imagem de guia do país. Assim, ressaltando que o regime trabalhava pelo bem estar de todos os brasileiros e colocando a figura do presidente como a de um pai zeloso para toda a nação, Vargas estava mais interessado em manter a hierarquia social tradicional, com uma classe dominante no poder e o povo em ordem, submisso.

Para terminar o seu artigo, Pedro Vergara destaca a participação de Júlio de Castilhos na constituinte de 1891, a primeira constituição republicana do Brasil. Mostra como ele não foi ouvido naquela ocasião, defendendo que se Castilhos tivesse sido ouvido, a Constituição do país seria mais evoluída e à frente do seu tempo. O governo Vargas opunha-se em alguns pontos à 1ª República, derrubada por ele e seus companheiros na revolução de 1930. Argumentando ser o regime anterior um desvio da rota do país, mesmo afirmando a vocação republicana do Brasil.

Em outro artigo, Vergara volta a falar sobre o individualismo e a coletividade, abordando o tema pelo viés das leis e da Constituição, que foi implantada em novembro de 1937, com o golpe que institui o Estado Novo, após um falso ataque comunista. A fala de Vergara se inspira no discurso que Getúlio Vargas faz na Faculdade Nacional de Direito, que antecede o escrito de Vergara na revista de dezembro de 1941. Logo no início do texto, Vergara elogia e exalta as qualidades de orador do governante. Esta parte será analisada melhor na discussão acerca da figura de Vargas através dos artigos.

Pedro Vergara em *Reajustamento Jurídico*<sup>108</sup>, expõe que a constituição de 10 de novembro era atualizada de acordo com a realidade social que o país se encontrava na época<sup>109</sup>, exaltando o presidente por sua visão de fazer algo adequado ao Brasil. Porém, repara-se que essa Constituição já foi fórmula para não atender a uma realidade existente, mas à realidade de um golpe e de uma ditadura, que teria todo um amparo ideológico para adequar-se à situação brasileira.

A Constituição suspendeu todas as instituições políticas e concedeu plenos poderes ao presidente Getúlio Vargas. O artigo *Reajustamento Jurídico* fala ainda de outras constituições e do distanciamento que havia entre o Estado e o povo. O individualismo, que faz os interesses de uns sobressaírem em relação aos do coletivo, fica claro no texto abaixo:

---

<sup>108</sup>VERGARA, Pedro. *Reajustamento Jurídico*. In: Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo V. Volume III. Rio de Janeiro, Dezembro de 1941.p. 5 a 9

<sup>109</sup>Ibid., P. 7

...nem o Estado absoluto contra o povo ou sem o povo, —nem o indivíduo solto, egoísta, contra o Estado. Bem ao contrário: o novo direito tinha de consistir, antes de mais nada, na combinação destes dois princípios: as prerrogativas de legislação e de ação, do Estado, em concomitância com a satisfação das exigências coletivas, — de sorte que as fontes de riqueza, de um lado, não ficassem sob a mão de ferro de um capitalismo mal intencionado, — e de outro lado a liberdade nociva, individualista, egocêntrica do cidadão fosse substituída por uma generalização do direito, pela sua distribuição natural, pelo seu gozo, de acordo com a dignidade da pessoa humana. Esta foi, de fato, a grande revolução que o presidente Getúlio Vargas operou no Brasil e essa foi a obrado Estado Nacional. [...] <sup>110</sup>

Vergara, nesta passagem, expõe que o Estado e o povo não eram lados contrários, mas sim parte de um mesmo conjunto dentro da sociedade. Defende que os dois deveriam se unir para fortalecer a nação, afastando os particularismos e individualismos, tidos como características do regime deposto. Trata ainda a nova Constituição de 1937 como um dos pontos para fazer esta junção, já que fora pensada para atender todo o coletivo e estender os direitos a toda a nação brasileira. Com isso, o regime de Vargas conseguiu, aparentemente unir o Estado e o povo, fazendo este último se sentir pertencente à máquina do Estado, com os intelectuais criando um apoio com uma forte ideologia. Contudo, cabe ressaltar que o pertencimento do povo ao Estado se excedeu, tomado um rumo mais sentimental, como se toda a nação brasileira formasse um grande família. Porém a função do Estado não passa por uma concepção familiar.

Outro tema recorrente nos artigos de Vergara, que também bem difundido pela ideologia do regime, foi o da união da pátria. O que era tido como algo importante para galgar o progresso, tão almejado. Essa união era proposta também para a América. Socialmente, com o povo cooperando com o governo, e politicamente, através da união de interesses em prol da nação. No artigo de março de 1942, *Compreensão e cooperação*<sup>111</sup>, no qual diz da união das nações americanas, cada uma fortalecendo valores patrióticos e colaborando para o avigoramento da aliança com os países vizinhos, sempre com um incisivo apelo para o emocional, como se observa abaixo:

em vez da fraternidade, se se isolassem, em vez de se unirem, se colocassem falsos e supostos interesses particularistas, acima do supremo dever da cooperação e do entendimento, — os seus dias estariam contados; os apetites alienígenas, insaciáveis, cairiam, como abutres, sobre a fragilidade da sua

---

<sup>110</sup> Ibid., p. 8.

<sup>111</sup> VERGARA, Pedro. *Compreensão e Cooperação*. In: Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo II. Volume IV. Rio de Janeiro, Março de 1942. P. 3 a 8

carne moça; cada uma delas seria destruída à sua vez; mas antes disso, umas seriam atiradas contra as outras; todos os seus ideais, forrados de tradição, de lealdade, de amor à terra seriam minados e dissolvidos e de um passado de glória, de honra e de fé, não restaria, dentro em pouco, mais do que um montão de ruínas fumegantes, onde a degenerescência e a subversão dos sentimentos não permitiriam sequer que nascesse a flor abençoada e triste da saudade.<sup>112</sup>

Percebe-se a mesma tônica de acabar com os particularismos e a defesa do pensamento de unidade para fortalecer a América. Com isso Vergara tenta colocar outra realidade, a da Europa em guerra, para o continente Americano; visando destacar a bandeira da união, como se algo quisesse separar e dividir os povos americanos. Cada país tinha que ser forte e unir seu povo para integrar o conjunto da América, como se observa no trecho:

Aí está por que devemos convencer-nos de que o primeira dever das pátrias americanas, é serem fortes no interior, e não apenas fortes, pelo poder das armas; não apenas fortes pela sua capacidade de resistência à agressão; não apenas fortes pelos seus exércitos; mas antes de tudo e acima de tudo, fortes pelo aço do seu patriotismo, pelo vigor da sua união moral, pela força da sua solidariedade, pela firmeza com que todas e cada uma se congregam e se reúnem em torno da mesma bandeira, do mesmo ideal, do mesmo chefe.<sup>113</sup>

Atina-se que o “forte” é colocado para além da força militar, no plano ideológico, como um apelo para a moral e o patriotismo. À vista disto, percebe-se que Vergara, mesmo falando da América, segue embutindo e reforçando os aspectos da ideologia do governo.

Fazendo uso do lado sentimental, o autor defende que “*somos irmãos de alma*”<sup>114</sup>, para ressaltar que existe uma identificação entre os americanos pela trajetória de sua formação, o que faria fortalecer a união que existe. Em várias passagens do texto, Vergara fala em países vizinhos, o que gera uma maior proximidade, já que o regime de Vargas pensa a nação como uma grande família. Dentre as falas de Pedro Vergara, a relação do Brasil com os outros países da América, principalmente da América do Sul, aparece com destaque em várias edições, mostrando como o país se esforçava para manter a paz e ajudar os seus vizinhos nas suas dificuldades, para que o continente pudesse progredir. Sempre reforçando que o presidente Getúlio Vargas era o principal agente na manutenção da colaboração mútua entre os países da América.

Ainda sobre tema da união, desta vez voltando a focar na união nacional, na edição de Julho de 1942, um mês antes do Brasil entrar na Segunda Guerra pelo lado dos Aliados,

---

<sup>112</sup>Ibid., p. 4

<sup>113</sup>Ibid. .p.5

<sup>114</sup>Ibid., p. 8

Vergara em *Getúlio Vargas e as forças sociais*<sup>115</sup>, exalta o fim da fragmentação dos partidos políticos, afirmando que cada um deles só via os próprios interesses, e que todos poderiam trabalhar juntos pelos interesses da pátria, como se observa abaixo:

Mas, quando o Snr. Getúlio Vargas implantou, a 10 de novembro, o Estado nacional- isso é- o Estado em que se estereotipa se funda a nação inteira, e em que desaparecem todos os particularismos; quando o Snr. Getúlio Vargas impôs, a 10 de novembro, uma nova ordem ao país, destruindo as forças de dissolução que miravam os alicerces da nacionalidade; quando, em suma, o Snr. Getúlio Vargas arrezou as hegemonias estaduais, que sobrepunham os Estado à Nação, quando pôs fim ao poderio das brigadas policiais que faziam orgulho e a audácia dos Estados e dos partidos,- nesse momento o panorama do Brasil começou a iluminar-se; aquilo que era confusão, variedade, polivalência, começava a tomar uma forma de unidade e conagração; aquilo que era parte e só valia como parte, entrou a integrar-se no tudo; e aquilo que era debilidade, na divergência e no conflito, foi assumindo o prestígio e harmonia da estabilidade.<sup>116</sup>

Deste modo, atenta-se que a Constituição de 10 de novembro se tornou um marco na união política da nação, fazendo desaparecer alguns particularismos. Entretanto, há que se pensar, como já foi citado acima, que esse regimento foi pensado para satisfazer os interesses de um regime ditatorial. Nesta espécie de regime existe uma tendência a sufocar os outros grupos políticos que se manifestam de maneira contrária aos anseios do governo. Essa união política, supostamente, irradiou-se para outros setores da sociedade, como Vergara expõe no trecho abaixo:

Em verdade, — a desordem de outrora perturbava a nossa visão do Brasil e das suas energias essenciais; e era por isso que não podíamos perceber e compreender a magnitude do poder militar, a comunhão das massas trabalhadoras, a satisfação que a organização e a carta de direitos proporciona aos servidores do Estado, a coordenação e o finalismo nacionalista das correntes culturais, a esplendida autoridade da Igreja, que estende a sua proteção e o seu consolo sobre todos os homens de boa vontade, sem os transviamentos e as discórdias que provocam no seu seio as competições e as intrigas dos partidos.<sup>117</sup>

Observa-se que, para a formação do sentimento de união, pensando a pátria como uma família, o regime fez uma forte circulação de sua ideologia. O que foi possível através de uma grande propaganda realizada pelo DIP e de apoio de instituições como o Exército e a Igreja, tendo esta última grande apelo à crença das pessoas.

---

<sup>115</sup>VERGARA, Pedro. Getúlio Vargas e as forças sociais. In: Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo VI. Volume IV. Rio de Janeiro, Julho de 1942. P. 3 a 5

<sup>116</sup> Ibid., p.3.

<sup>117</sup>Ibid., p. 4

Um assunto de grande importância e que permeia todos os escritos de Pedro Vergara é a exaltação da figura de Vargas, às vezes até o glorificando pelos feitos à nação. Rememorando que o regime do Estado Novo era personalista com a figura do presidente. É necessário entender, ainda, que o Estado Novo contou com uma equipe de governo de nomes competentes como: o diretor do DIP Lourival Fontes, Gustavo Capanema, Ministro da Educação, e Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho. Pessoas que colaboraram com as realizações do governo de acordo com a época, entreguerras e da 2ª Guerra, um período de crise mundial.

Dentro do período estudado, há duas edições — janeiro e abril de 1942 — em que Pedro Vergara se dedica a escrever sobre a figura do presidente Getúlio Vargas e seus feitos pela nação. Também exalta o homem e o cidadão, como um iluminado. A edição de abril é comemorativa do aniversário de Vargas no dia 19 desse mês, o artigo inicia-se com elogios, como se vê no trecho abaixo:

E seria um erro se disséssemos que o nosso louvor se dirige ao estadista e não ao homem, — ao cidadão e não à pessoa — ao chefe da nacionalidade e não ao valor humano que lhe dá corpo e alma. Em verdade, nenhuma figura representativa da espécie humana, que marcou com a sua presença e com a sua ação o destino de um povo, uma época da história e um rumo novo da civilização, — foi obra exclusiva da pedagogia, das influências sociais e do poder.<sup>118</sup>

Pelo trecho nota-se o tom elogioso que Vergara utiliza ao falar de Getúlio, colocando-o em um patamar acima da humanidade, à beira da divindade. Não há como negar que Vargas foi um grande estadista dentro do Estado Novo, mas é descabido falar em um ser acima dos padrões, pois até um pai de família só é visto com este encantamento na infância de seus filhos. E Vargas, sem o amparo de sua equipe, não teria realizado todos os feitos de seu governo.

Em outra passagem, o autor cita Vargas como *“é o melhor homem do Brasil”*<sup>119</sup>, reforçando o regime personalista, apontando o presidente como a figura que irá guiar o país para o futuro e para o progresso. O tom é, de certo modo, até um pouco doutrinário e emotivo para cativar o povo, com um forte apelo sentimental.

Não pode haver, nem houve jamais, no curso da história, melhor unidade de uma pátria, do que esta dos cidadãos que se reúnem em torno de um grande homem e que, pela fé que este homem lhes desperta, pela glória que lhes

---

<sup>118</sup>VERGARA, Pedro. O chefe e a unidade nacional In: Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo III. Volume IV. Rio de Janeiro, Abril de 1942. P. 7

<sup>119</sup>Ibid., p. 8

promete, pelo bem que já lhes fez, — descobrem nele a síntese da consciência comum, a explicação e a solução dos seus problemas mais angustiosos, e o vêm e o aplaudem e o respeitam e o seguem como se fosse a pátria que se fez carne, a Nação que se humanizou, o território, o povo, as leis, a bandeira, o passado, o presente e o futuro que adquiriram forma humana.<sup>120</sup>

Observa-se que a figura de Vargas era utilizada como ponto central para o reforço de ideologia da união da nação, como uma figura agregadora da pátria, que resolveria os problemas e dissidências. Ainda dentro do artigo, Vergara cita vários exemplos de sociedades, como a grega e a romana, defendendo que na história não havia ainda uma pátria mais unida do que a do Brasil sob o comando de Getúlio Vargas. Entretanto, esta união foi forjada pela ideologia do regime, e se desfez quando a sua figura principal caiu, em 1945.

E porque foi esta a unidade que Getúlio Vargas plasmou no Brasil, é que hoje, no seu natal, toda a Nação Brasileira livre e unanime, — levanta para ele o seu pensamento e lhe dirige os mais ardentes votos de felicidade.<sup>121</sup>

Já no artigo de janeiro de 1942, *Getúlio Vargas cidadão da América*<sup>122</sup>, Vergara escreve sobre o título que Vargas recebe de cidadão americano, concedido pela Terceira Reunião de Consultadas Nações Americanas. Reparamos na fala do autor um tom mais sério, político, menos afetivo do que o artigo de abril; mostrando toda a glória desse título e a consagração de Vargas perante todo o continente americano. Em seguida, Pedro Vergara argumenta que tal título coloca fim às difamações feitas pelos opositores do presidente, que achavam que a guerra iria abalar o novo regime brasileiro. Afirmando ainda que esses deviam estar “*com a alma despedaçada e o coração oprimido pela decepção e pelo fracasso.*”<sup>123</sup>, celebrando o triunfo de Getúlio Vargas.

E' que o chefe da Nação Brasileira possui como ninguém no Brasil, o dom da oportunidade. Todos aqueles homens eminentes que não souberam manter-se no poder e foram arrastados na voragem da desordem ou no redemoinho que produz sempre, na vida das nações, uma súbita mudanças de rumos, foram vítimas da própria incapacidade para adivinhar a hora exata em que deviam agir, em que deviam cessar de agir, ou em que deviam esperar para agir. O que vemos no Presidente

Getúlio Vargas é essa estranha e extraordinária faculdade que é nele um sexto sentido e que lhe permite formular, com antecedência sobre os seus

---

<sup>120</sup>Ibid., p. 9

<sup>121</sup>Ibid., p. 11

<sup>122</sup>VERGARA, Pedro. Getúlio Vargas cidadão da América. In: Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo III. Volume VI. Rio de Janeiro, Janeiro de 1942. P. 5 a9

<sup>123</sup>Ibid., p. 5

cidadãos, as sínteses sociológicas e as normas de conduta que rasgam as largas veredas do futuro e lhe dão a visão do dia de amanhã.<sup>124</sup>

Certamente existem dúvidas sobre se, no Estado Novo, ocorreram de fato várias realizações e o aproveitamento de oportunidades, levando em conta o cenário mundial de guerra. Entretanto, cabe lembrar que a realização desses feitos e as oportunidades não advinham apenas um “dom” ou um “sexto sentido” como Vergara coloca, mas eram efeito da boa equipe de governo. Alguns ministérios principais, auxiliando a ver o todo da realidade e aproveitar as oportunidades a favor do regime e do presidente, tentando se sobrepor aos latentes conflitos sociais.

Ainda nesse artigo, Vergara expõe o aspecto da união entre os países americanos, o que ocorre, segundo ele, sem destruição e perdas humanas, em contraponto com o caso da Europa em guerra, com que os povos atacando e destruindo uns aos outros. O autor coloca o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, como um dos pilares e maior incentivador dessa paz e da união do povo americano, defendendo-o como merecedor do título ofertado, como se observa na passagem abaixo:

[...]Foi ele [Getúlio Vargas] que teve, entre nós, mais do que qualquer outro chefe de Estado do Brasil, a ideia de aproximar as nossas elites, de pôr em contato os nossos estadistas, de fazer visitar as nações vizinhas, por missões animadas de elevados sentimentos de concórdia e de compreensão[...]<sup>125</sup>

Assim, a união pregada por Pedro Vergara, e provavelmente pela ideologia oficial do regime, não se referia a toda a população da América mas, sim, às classes e os estadistas, que continuariam com a mesma realidade social vigente na América desde sua formação. Vê-se, pois, transposta para o continente a ideia de conservar a tradicional estrutura social, com base em uma união para o futuro e para o progresso, e com Vargas como guia.

Dentro do regime do Estado Novo, os discursos feitos pelo presidente Vargas eram exaltados, um momento em que o chefe entrava em contato com a população. Em alguns artigos, Vergara fala sobre esses discursos, como na edição de dezembro de 1941. O autor elogia ao máximo a habilidade de oratória do presidente, dizendo ser esta habilidade não só notável, mas uma marca de Vargas.

E esse é o segredo máximo do sucesso oratório que o Sr. Getúlio Vargas possui e utiliza como ninguém. A sua palavra, em verdade, nunca deixa de corresponder a uma expectativa e a sua oportunidade é a sua força. Quando o presidente fala é sempre para dizer alguma coisa de essencial que a nação

---

<sup>124</sup>Ibid., p. 6

<sup>125</sup> Ibid., p. 8

inteira estava esperando. Cada discurso seu, portanto, um clarão numa expectativa de dúvidas. Inimigo das dissertações acadêmicas, contrário aos arrazoados quilométricos falando pouco, sem intuítos polêmicos e sem ódio nem recriminações, - os seus discursos são, antes de tudo, lidos, ouvidos; do começo ao fim, e deixam no espírito de quem os lê e de quem os ouve, uma sensação de desabafo, de bondade e de confiança. Com um poder de síntese extraordinário, cabem na sua frase, a realidade presente, a ideia geral e a emoção. E' precisamente essa faculdade de dizer muito em poucas palavras o que dá aos seus discursos a sua dignidade. Quando fala, por exemplo do comunismo — da política internacional, das antigas lutas internas, dos velhos partidos, — não se detém nas análises exaustivas, próprias dos livros e das conferências; o que ele diz, a respeito, é assim como o breve toque de pincel do artista, que deixa na tela, com a mão leve e com ligeira mancha de tinta, um raio de sol e o fundo de uma perspectiva.<sup>126</sup>

Bem se sabe que é função de um político fazer discursos que convençam o povo de que está tudo certo com país. E Vargas contava, além disso, com uma boa equipe para o auxiliá-lo a fazer o seus discursos, satisfazendo quem os ouvisse ou lesse. Como não podia deixar de ser, fazia-se sempre a adequação ao público ao qual era dirigido. A despeito do quê, há de se reconhecer que Getúlio Vargas sabia em suas falas imprimir a emoção correta para cativar o povo brasileiro.

Assim, nota-se que mesmo a revista *Ciência Política* não sendo a revista oficial do regime, ela cumpre papel de divulgadora da ideologia, reforçando os pontos de maior importância. Quanto ao autor Pedro Vergara, pode-se dizer que assume sua função de intelectual orgânico ao disseminar o pensamento do Estado Novo, ressaltando os feitos do governo e elevando a figura do presidente como um deus, que foi enviado para ser o guia do progresso do Brasil.

---

<sup>126</sup>VERGARA, Pedro. Reajustamento jurídico .In: Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo V. Volume III. Rio de Janeiro, Dezembro de 1941.p. 5-6

### 3. Considerações finais

Este trabalho teve o intuito de analisar e entender a ideologia da Era Vargas. Porém, como uma ideologia engloba vários aspectos e o período em que Vargas governou o Brasil foi longo – quinze anos – o trabalho se focalizou mais nos anos do Estado Novo. Foi realizado um recorte para aprofundar nos aspectos mais relevantes a política do regime.

Os artigos de Pedro Vergara na revista *Ciência Política* se mostraram uma importante base para entender quais os aspectos da ideologia eram ressaltados pela imprensa naquele momento. Constata-se que o ponto de maior destaque era a união de toda a nação para alcançar o progresso, tendo como guia o chefe e o pai, Getúlio Vargas. Vergara expõe isso de forma doutrinária, tentando criar um consenso entre a população de que isso era algo natural e certo para o progresso do país.

Faz-se necessário pensar no aspecto ideológico da formação da nação brasileira, alicerçada nas origens comuns à maioria da população. Atentando para a história e a mistura das raças. Em alguns momentos dentro dos escritos de Vergara, percebe-se que ele coloca a nação como já constituída, na forma do Estado, pelas mudanças que o governo estava promovendo. E para acabar com este processo de construção só restaria o povo se sentir pertencente a essa nação.

No entanto, fica evidente que Pedro Vergara se refere mais ao Estado do que a nação, por citar mais os instrumentos do Estado, como a Constituição de 1937. Por este viés, fica claro que foi na Era Vargas que o aparelho estatal evoluiu para uma estrutura bem montada e de grande importância para o Estado brasileiro, por ser-lhe uma base até os dias atuais.

Pelos escritos de Pedro Vergara atina-se que há um destaque para a união de toda a população para a proteção de um Estado forte. Com isso, traz uma carga emocional como um recurso para uma aproximação e até uma identificação com o povo, uma das faces da ideologia do regime do Estado Novo. Sendo maior a aproximação com a figura de Vargas, para a promoção deste como o pai da nação, utilizando a ideia de união familiar. Percebe-se que esta dita união se finda, quando Getúlio Vargas é deposto, mostrando como o conceito foi uma construção frágil.

Outro aspecto notável tanto na ideologia do governo - na forma do corporativismo - quanto nos textos de Vergara, foi a de todos trabalhando para o progresso do Brasil. Como se uma aparente supressão dos anseios individuais pelo coletivo. Isso se mostra, no cenário político, com o combate aos regionalismos e com o discurso contra a luta de classe, expondo

que cada um tinha seu lugar para a evolução do país. Então coloca-se o Brasil como um país harmônico para alcançar o progresso.

Teria o governo, com isso, conseguido estabelecer a hegemonia sobre toda a população, calando a sua oposição na política e apelando para o lado emocional do povo? Por mais que o governo fizesse uma propaganda forte de sua ideologia, havia uma parte da população que se colocava em lugar de oposição ao regime, como Maria Célia Paoli relata em seu texto. Relata como os trabalhadores reparavam que as leis trabalhistas não eram respeitadas e a força dos sindicatos havia diminuído, e mesmo assim encontravam brechas e formas de resistência, como se vê na passagem:

Os movimentos operários não estavam esquecidos de sua própria história, na mesma medida em que essa era a própria história de seu impedimento em constituir-se como ação e sujeito coletivo amplo. O que propunha, nesse período, o espaço da fábrica (e o das ruas) como espaço dessa história: as pequenas lutas efêmeras contra o trabalho forçado, as sabotagens, paradas na produção, as discussões nos grupos informais de fábrica.<sup>127</sup>

Assim, temos que por mais que o governo fizesse uma forte repressão e tentasse manter todos enquadrados nos seus ideais, ainda havia aqueles que em seu cotidiano faziam pequenas resistências. A autora ainda ressalta os grupos que se formavam dentro das fábricas, com força para organizar os operários em suas ações, principalmente após a queda de Vargas. Diante disso, observa-se que a ideia de união do povo estava mais no discurso do regime que em uma concretização ou prática. Lembrando que assim como os operários, outros grupos encontravam modos de resistir a dominação do Estado Novo.

Em suma, por mais que a ideologia do regime não tenha sido aceita e assimilada integralmente entre toda a população, ela teve uma grande influência sobre sua época e sobre períodos posteriores na história do Brasil. Não há como deixar de mencionar que Getúlio Vargas ainda é considerado um dos grandes estadistas do país, e até hoje alguns políticos tentam se aproximar dessa figura, se inspirando assumidamente nela. Contudo, este trabalho se mostra uma pequena abordagem sobre o tema, havendo mais aspectos da ideologia durante a Era Vargas, tão marcante na história brasileira, a serem estudados e até mesmo aprofundados. Ademais, investigar mecanismos ideológicos pressupõe, também, o desvendamento do autoritarismo em suas várias manifestações, nem sempre explícitas.

---

<sup>127</sup> PAOLI, Maria Célia. OS TRABALHADORES URBANOS NA FALA DOS OUTROS- Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, Jose Sergio Leite (coord.). **Cultura & identidade operária**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/PROED, [ s.d.]. p. 97.

#### 4. Referências

##### -Fontes

VERGARA, Pedro. O Castilhismo. Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo V. Volume I. Rio de Janeiro, Março de 1941. p. 6 a 12. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 30/ 05/2013

\_\_\_\_\_. Reajustamento Jurídico. Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo V. Volume III. Rio de Janeiro, Dezembro de 1941. pp. 5 a 9. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 30/ 05/2013

\_\_\_\_\_. Getúlio Vargas cidadão da América. Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo III. Volume VI. Rio de Janeiro, Janeiro de 1942. pp. 5 a 9. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 30/ 05/2013

\_\_\_\_\_. O chefe e a unidade nacional. Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo III. Volume IV. Rio de Janeiro, Abril de 1942. pp. 7 a 11. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 30/ 05/2013

\_\_\_\_\_. Compreensão e Cooperação. Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo II. Volume IV. Rio de Janeiro, Março de 1942. pp. 3 a 8. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 30/ 05/2013

\_\_\_\_\_. Getúlio Vargas e as forças sociais. Revista **Ciência Política- Boletim mensal**. Fascículo VI. Volume IV. Rio de Janeiro, Julho de 1942. pp. 3 a 5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 30/ 05/2013

##### -Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel.(coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2 e V.4

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa, Brasil- 1900-2000**. Rio de Janeiro: Maud X. 2002.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 1995.

- BOTTOMORE, T.B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J ZAHAR, 1988.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano, v.2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. T. 3, V. 3. São Paulo: Difel, 1986.
- DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfoses** - um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FONSECA, Pedro Cézar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOULART, Silvana. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1974.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- PAOLI, Maria Célia. OS TRABALHADORES URBANOS NA FALA DOS OUTROS- Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, Jose Sergio Leite (coord.). **Cultura & identidade operária**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/PROED, [s.d] p. 53 a 101.
- PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bouquet; RIBEIRO, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVERA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. v.2. 2003.

VIANA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.